

AEMPREENDEDORISMO PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO ACESSO ÀS INSTITUIÇÕES ACESSO A INFORMAÇÕES E RELAÇÕES SOCIAIS DE ACESSO REGISTROS POLICIAIS MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DE SOCIAIS PARTICIPAÇÃO POLÍTICA PROJETO S DE APRENDIZAGEM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL INFORMÁTICA E EDUCAÇÃO EMPREENDEDORISMO PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO ACESSO ÀS INSTITUIÇÕES ACESSO A INFORMAÇÕES E RELAÇÕES SOCIAIS DE ACESSO REGISTROS POLICIAIS MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

NOVAS PRÁTICAS EM INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO
VOLUME 6 NÚMERO 1 JAN JUN 2017

AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento
revistas.ufpr.br/atoz

Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação
Av. Prefeito Lothário Meissner, 632 - Campus III
Jardim Botânico
Curitiba - PR, Brasil
80210-170
Fone: +55(41)3360-4389
Fax: +55(41)3336-4471
E-mail: revistaatoz@ufpr.br
URL: <http://revistas.ufpr.br/atoz>

Periodicidade: Semestral
ISSN: 2237-826X
Diretrizes para autores: <http://revistas.ufpr.br/atoz/about/submissions#authorGuidelines>

Qualis/Capes

B2 - Comunicação e Informação | B4 - Interdisciplinar; Planejamento Urbano e Regional / Demografia; Saúde Coletiva | B5 - Arquitetura, Urbanismo e Design; Educação; Engenharias III | C - Biotecnologia; Ciência da Computação

Indexada/registrada em

Directory of Open Access Journals (DOAJ); Sumários.org; Google Acadêmico; LivRe! Portal para periódicos de livre acesso na Internet; InfoBCI; Latindex Catálogo; Bielefeld Academic Search Engine; INFOBILA: Información Bibliotecológica Latinoamericana; REDIB (Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico)



Todo o conteúdo da Revista (incluindo-se instruções, política editorial e modelos) está sob uma licença Creative Commons Atribuição- NãoComercial-Compartilhalgal 3.0 Não Adaptada.

Ao serem publicados por esta Revista, os artigos são de livre uso em ambientes educacionais, de pesquisa e não comerciais, com atribuição de autoria obrigatória.

O ©**copyright** dos artigos e da entrevista pertence aos respectivos autores/entrevistados com cessão de direitos para a AtoZ no que diz respeito à inclusão do material publicado (revisado por pares/pós-print) em sistemas/ferramentas de indexação, agregadores ou curadores de conteúdo. Os autores têm permissão e são encorajados a depositar seus artigos em páginas pessoais, repositórios e/ou portais institucionais antes (pré-print) e após (pós-print) a publicação na AtoZ. Solicita-se apenas que, quando possível, a referência bibliográfica (incluindo o link/URL do artigo) seja elaborada com base na publicação na AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento.

Comitê Editorial

Dra. Patrícia Zeni Marchiori, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Grupo Metodologias para Gestão da Informação UFPR/CNPq, Brasil
Msc. Eduardo Michelotti Bettoni, Observatórios Sesi/Senai/IEL, Grupo Metodologias para Gestão da Informação UFPR/CNPq, Brasil
Msc. Andre Luiz Appel, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Grupo Metodologias para Gestão da Informação UFPR/CNPq, Brasil
Dra. Helena Nunes Silva, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Grupo Metodologias para Gestão da Informação UFPR/CNPq, Brasil
Dra. Denise Fukumi Tsunoda, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Grupo Metodologias para Gestão da Informação UFPR/CNPq, Brasil

Conselho Consultivo

Dra. Ana Esmeralda Carelli, Universidade Estadual de Londrina - UEL, Brasil
Msc. Augusto José Waszczyński Antunes das Neves, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil
Dra. Avanilde Kemczinski, Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Brasil
Dr. Carlos Olavo Quandt, Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC PR, Brasil
Dra. Cassandra Ribeiro Joye, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, Brasil
Dra. Cláudia Regina Z. Bomfá, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Brasil
Dr. Claudio Cesar de Sá, Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Brasil
Dr. Daniel Cebrian Robles, Consultor independente, Espanha
Dra. Deborah Ribeiro Carvalho, Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, Brasil
Dra. Faimara do Rocio Strauhs, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Brasil
Dr. Filiberto Felipe Martínez Arellano, Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM, México
Dr. Francisco José Ruiz Rey, Universidad de Málaga - UMA, Espanha
Msc. Frank Coelho de Alcântara, Universidade Positivo - UP, Brasil
Dr. Francisco José Ruiz Rey, Universidad de Málaga - UMA, Espanha
Msc. Frank Coelho de Alcântara, Universidade Positivo - UP, Brasil
Dra. Isabela Gasparini, Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Brasil
Dr. Jamerson Viegas Queiroz, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Brasil
Dra. Janine Kniess, Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Brasil
Dr. José Barata Oliveira, Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias - UNINOVA, Portugal
Dr. Juan José Monedero Moya, Universidad de Málaga - UMA, Espanha
Dra. Lídia de Jesus Oliveira Loureiro da Silva, Universidade de Aveiro - UA, Portugal
Dra. Lucila Pérez Cascante, Universidad Casa Grande - UCG, Equador
Dra. Maria Cristina Vieira de Freitas, Universidade de Coimbra - UC, Portugal
Dra. Maria da Graça de Melo Simões, Universidade de Coimbra - UC, Portugal

Dr. Maria do Carmo Duarte Freitas, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Dra. María Gladys Ceretta Soria, Universidad de la República - UdelaR, Uruguai
Dra. Maria Salet Ferreira Novellino, Escola Nacional de Ciências Estatísticas - IBGE, Brasil
Dr. Mauro José Belli, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil
Dr. Murilo Artur Araújo da Silveira, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Brasil
Msc. Victor Marcos Ferracutti, Universidad Nacional del Sur - UNS, Argentina

Editores de Seção - Expediente

Msc. Andre Luiz Appel, Grupo de Pesquisa UFPR/CNPq - Metodologias para Gestão da Informação, Brasil
Msc. Eduardo Michelotti Bettoni, Grupo de Pesquisa UFPR/CNPq - Metodologias para Gestão da Informação, Brasil

Editores de Seção - Editorial

Dra. Patricia Zeni Marchiori, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil

Editores de Seção - Entrevistas

Msc. Eduardo Michelotti Bettoni, Grupo de Pesquisa UFPR/CNPq - Metodologias para Gestão da Informação, Brasil

Editores de Seção - Artigos

Dra. Patricia Zeni Marchiori, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil
Msc. Eduardo Michelotti Bettoni, Grupo de Pesquisa UFPR/CNPq - Metodologias para Gestão da Informação, Brasil

Editores de Seção - Short Papers

Dra. Patricia Zeni Marchiori, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil
Msc. Andre Luiz Appel, Grupo de Pesquisa UFPR/CNPq - Metodologias para Gestão da Informação, Brasil

Editores de Leiaute

Msc. Andre Luiz Appel, Grupo de Pesquisa UFPR/CNPq - Metodologias para Gestão da Informação, Brasil
Msc. Eduardo Michelotti Bettoni, Grupo de Pesquisa UFPR/CNPq - Metodologias para Gestão da Informação, Brasil
Marcelo Batista de Carvalho, Bolsista UFPR/TN, Grupo de Pesquisa UFPR/CNPq - Metodologias para Gestão da Informação, Brasil

Apoio técnico

Biblioteca Digital de Periódicos (BDP), UFPR, Brasil

Capa

Marcelo Batista de Carvalho, Bolsista UFPR/TN, Grupo de Pesquisa UFPR/CNPq - Metodologias para Gestão da Informação, Brasil

Projeto gráfico

Grupo de Pesquisa UFPR/CNPq - Metodologias para Gestão da Informação

Avaliadores da edição (v. 6 n. 1)

Msc. Ana Greef, Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação - UFPR, Brasil
Msc. Andre Appel, Grupo de Pesquisa UFPR/CNPq - Metodologias para Gestão da Informação, Brasil
Msc. Augusto José Antunes das Neves, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil
Dra. Denise Fukumi Tsunoda, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil
Dra. Helena de Fátima Silva, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil
Dra. Isabela Gasparini, Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Brasil
Dra. Janine Kniess, Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Brasil
Dra. Liliane Brignol, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Brasil
Dra. Maria Cristina Vieira de Freitas, Universidade de Coimbra - UC, Portugal
Dra. Maria Salet Ferreira Novellino, Escola Nacional de Ciências Estatísticas - IBGE, Brasil
Dr. Murilo Artur Silveira, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Brasil

DOI da edição (v. 6 n. 1)

10.5380/atoz/v6i1

AtoZ : Novas Práticas em Informação e Conhecimento. — Vol. 6, n. 1 (jan./jun. 2017)- . —
Curitiba : Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Ciência,
Gestão e Tecnologia da Informação, 2017- .

v.

Semestral.

Publicação online: <<http://revistas.ufpr.br/atoz>>

ISSN 2237-826X

1. Comunicação científica – Periódico. 2. Informação – Periódico. 3. Conhecimento –
Periódico.

I. Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação. II.
Universidade Federal do Paraná.

Um ciclo que se encerra e nossos melhores desejos para o que se inicia!

An end of a cycle and our best wishes for the new beginning!

Patricia Zeni Marchiori¹, Andre Luiz Appel², Eduardo Michelotti Bettoni²

¹Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, PR, Brasil

²Grupo de Pesquisa UFPR/CNPq - Metodologias para Gestão da Informação, Curitiba, PR, Brasil

Autor para correspondência/Mail to: Patricia Zeni Marchiori (editoratoz@gmail.com)



Copyright © 2017 Marchiori, Appel & Bettoni. Todo o conteúdo da Revista (incluindo-se instruções, política editorial e modelos) está sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 3.0 Não Adaptada. Ao serem publicados por esta Revista, os artigos são de livre uso em ambientes educacionais, de pesquisa e não comerciais, com atribuição de autoria obrigatória. Mais informações em <http://revistas.ufpr.br/atoz/about/submissions#copyrightNotice>.

Entre várias simbologias, o número sete também remete à conclusão cíclica e à renovação. Este é o momento da AtoZ com o lançamento do v6n1 e, ato contínuo, a transição da gestão da Revista para uma nova equipe. Ao sexto ano de publicação soma-se um ano de intensos trabalhos do Grupo de Pesquisa em Metodologia em Gestão da Informação (UFPR/CNPq), em resposta à então Chefia do Departamento de Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação (DECiGI), que solicitou ao Grupo a criação de um periódico científico-acadêmico na área.

Em 2010, o ano de ideação e desenho da Revista, parcerias foram estimuladas, pesquisadores contatados e sensibilizados, plataformas testadas, e foi encaminhada uma proposta de projeto de extensão à PROEC/UFPR, dando início ao posicionamento da AtoZ frente a suas duas missões:

- a) ser um veículo de divulgação interdisciplinar, com foco em Gestão da Informação, voltado para jovens pesquisadores, e temáticas/metodologias inovadoras;
- b) servir como um laboratório de pesquisas para a graduação e para a pós-graduação.

A Revista foi hospedada inicialmente em servidor próprio do DECiGI, onde o Grupo de Pesquisa pôde testar, aprovar (algumas) e descartar (muitas) das distintas possibilidades de gestão da plataforma OJS; de mecanismos para a chamada de trabalhos; de construção de parcerias, e de criação de políticas e normativas internas e diretrizes; assim como agregar outras ferramentas administrativas (e de informática) que vieram a auxiliar sobremaneira a gestão do Periódico.

O projeto de extensão (2011-2012) envolveu quatro alunos de graduação, sendo dois de Gestão da Informação e dois de Administração, tendo recebido premiação no respectivo Grupo de Trabalho na 4ª. Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE) da UFPR, de 2012. Em 2014 e 2015 a AtoZ submeteu - e teve aprovado - dois projetos de Iniciação Científica (um para a criação de indicadores e outro para a elaboração de processos de diagramação baseados em LaTeX, igualmente premiados em seus respectivos Grupos de Trabalho da SIEPE); e estabeleceu uma parceria com a empresa Intellectus Ágil, para a discussão, aprimoramento e diagramação no formato epub. Em 2015, com o desenvolvimento de mecanismos internos para a geração semi-automatizada dos formatos pdf, html e epub - derivados da criação da Classe LaTeX AtoZ - esta parceria foi encerrada.

Também em 2015, a AtoZ passou a integrar o Portal de Periódicos da UFPR, migrando o conteúdo até então publicado, tendo atualizado algumas diretrizes e recebendo a atribuição DOI para todos os materiais. Uma vez na nova estrutura, a AtoZ também esteve habilitada a concorrer aos Editais de Apoio aos Periódicos do SIBI/UFPR, sendo contemplada em 2016. Os recursos deste Edital destinaram-se a dois bolsistas (um de graduação e um de nível técnico), ao se retomar a proposta da criação de indicadores para periódicos de acesso aberto. Neste particular, os resultados obtidos com o auxílio do Edital - que também permitiu completar a base BibTeX de todos os materiais da Revista - apontaram para aspectos de ajustes gerenciais (e operacionais), e oportunizaram novos estudos voltados à competitividade do Periódico.

A transferência da AtoZ para o Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação (PPGCGTI/UFPR) em 2016, e sua ascensão para o nível B2 na área de Comunicação e Informação (Qualis 2013-2016) são, igualmente, um coroamento do esforço da equipe editorial, dos seus colaboradores, apoiadores, autores; e do suporte oferecido pela Biblioteca Digital de Periódicos (BDP/SIBI/UFPR).

Neste v6n1 contamos com a [entrevista cedida pela Mestre Daniela Spudeit](#) e suas considerações sobre empreendedorismo e profissionais de informação; um *short paper* relatando a experiência de projeto de aprendizagem de informática com pessoas portadoras de deficiência intelectual, do professor da Universidade de Caxias do Sul/UCS, [Paulo Antonio Pasqual Júnior](#); e dois artigos voltados para redes informacionais: o de [Marcelo Silva e Rodolfo Azevedo](#), que apresentam e discutem o conceito de relações sociais de acesso, frente aos documentos policiais na Região do Alto Solimões/Amazonas; e a análise de interações em *posts* no Facebook de um candidato

à Prefeitura de Maceió/AL, de autoria de [Ronaldo Araújo](#), [Sarah Santos](#) e [Janyelle Bento](#), da Universidade Federal de Alagoas.

Nos despedimos realizados, e com imensa gratidão àqueles que confiaram em nosso trabalho, que aceitaram convites para serem avaliadores permanentes ou *ad hoc* e, especialmente aos autores, que nos deram a honra de receber e encaminhar os resultados de suas pesquisa para a avaliação de um competente conselho científico, cuja finalização - em muitos casos - se consubstanciou na efetiva publicação do artigo, *short paper* ou entrevista. Aprendemos muito com todos e não há melhor retorno que este!

Convidamos a todos a darem continuidade à consolidação da AtoZ, e seguem aqui nossos mais fortes votos de sucesso ao novo grupo gestor, composto pelo Prof. Dr. Glauco Gomes de Menezes e pelas mestrandas Flávia Roberta Fernandes, e Cristiane Sinimbu Sanchez; todos do PPGCGTI/UFPR.

Abraço da equipe AtoZ!

Patricia Zeni Marchiori, Eduardo Michelotti Bettoni, Andre Luiz Appel & Marcelo Batista de Carvalho.

Empreendedorismo e profissionais da informação

Entrepreneurship and information professionals

Daniela Fernanda Assis de Oliveira Spudeit¹

¹Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, Florianópolis, SC, Brasil

Autor para correspondência/Mail to: Daniela Fernanda Assis de Oliveira Spudeit (danielaspudeit@gmail.com)



Daniela Fernanda Assis de Oliveira Spudeit é professora no Curso de Graduação em Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação de Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Possui mestrado em Ciência da Informação pela UFSC, especialização em Gestão de Unidades de Informação pela UDESC, especialização em Didática do Ensino Superior pelo SENAC, bacharelado em Biblioteconomia pela UFSC e licenciatura em Pedagogia pela UDESC. Atualmente coordena o Grupo de Bibliotecários da Área Escolar em Santa Catarina (GBAESC), é vice-presidente da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) e editora da Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação (REBECIN).



Copyright © 2017 Spudeit, D. F. A. O.. Todo o conteúdo da Revista (incluindo-se instruções, política editorial e modelos) está sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 3.0 Não Adaptada. Ao serem publicados por esta Revista, os artigos são de livre uso em ambientes educacionais, de pesquisa e não comerciais, com atribuição de autoria obrigatória. Mais informações em <http://revistas.ufpr.br/atoz/about/submissions#copyrightNotice>.

Resumo

A mestre em Ciência da Informação (UFSC), Daniela Spudeit responde questões relacionadas ao empreendedorismo e profissionais de informação, as relações entre o empreendedorismo, inovação, e gestão do conhecimento, apresentando exemplos e explorando o impacto das tecnologias na atividade, assim como as condições atuais do ensino para a formação de profissionais empreendedores.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Profissionais de informação

Abstract

Daniela Spudeit, Master in Information Science (UFSC), answers questions about entrepreneurship and information professionals, related with the correlation between entrepreneurship, innovation and knowledge management, providing examples and exploring the impact of technology in the professional activity, as well as the teaching-learning conditions focused on training entrepreneurial professionals.

Keywords: Entrepreneurship; information professionals

1. Como os diferentes tipos de empreendedorismo se aplicam à atuação dos profissionais de informação?

Pela literatura é possível encontrar vários tipos de empreendedorismo, como o empreendedor por necessidade, por inovação, por oportunidade, empreendedor social, cultural, intraempreendedorismo, entre vários outros. Todos esses acima citados se enquadram na atuação dos profissionais da informação. O mais comum é o empreendedor por oportunidade, bem característico dos países em desenvolvimento como Brasil e Índia, esse profissional começa a empreender a partir da percepção de uma oportunidade de negócio, um nicho de atuação ainda não explorado, o que move esse profissional não é a necessidade, mas sim uma motivação de encontrar uma solução, o desafio de achar solução para algum problema. Na nossa área também é bem comum o empreendedorismo social que é aquele que não está preocupado com o lucro que pode gerar, mas sim num bem maior, no coletivo, está focado em ações que podem trazer benefícios para a comunidade como é o caso de bibliotecas comunitárias (como a Barca dos Livros em Florianópolis), iniciativas independentes (como o projeto Biblioteca Sem Paredes do Rio de Janeiro), ações do terceiro setor por meio de Ongs que promovem acesso à informação e educação, ações de leitura, entre outras sem fins lucrativos como exemplo Instituto Guga Kuerten e Fundação Ayrton Senna. Destaco aqui também a iniciativa da ONG de John Wood (Leia a história dele no livro "Saí da Microsoft para mudar o mundo") que cria bibliotecas em todas as partes do mundo para promover acesso à leitura e informação. Tem também o intraempreendedorismo bem comum na nossa área. São aqueles profissionais que são funcionários públicos ou de empresas privadas, mas que tem um perfil diferenciado, são ousados, inovadores, pensam fora da caixa, captam recursos, estabelecem parcerias, tem visão sistêmica e atuam colaborativamente em equipes interdisciplinares, vestem a camisa da empresa como se fosse seu próprio negócio. Tem iniciativa, proatividade, buscam soluções e fazem a diferença no local onde atuam.

2. Quais as relações existentes entre inovação e gestão do conhecimento?

A GC ocorre no momento em que as pessoas atuam colaborativamente absorvendo informações e transformando em conhecimento aliado às experiências, valores, percepções. A geração do conhecimento proposta por Davenport e Prusak (1998) e a teoria da criação do conhecimento proposta por Nonaka e Takeuchi (1997) dão subsídios para esses processos. Por meio destes processos, é possível dar base para as pessoas identificarem, codificarem e compartilharem o conhecimento de forma estratégica em suas organizações e assim promover inovação. Segundo Davenport e Prusak (1998), a inovação ocorre nas fronteiras entre as mentes e não dentro

do território de uma só base de habilidades e conhecimento. Ao se trabalhar em projeto ou problema por meio de um grupo composto por pessoas com diferentes perspectivas, estas diferenças impedem que o grupo caia em soluções rotineiras para os problemas.

3. Quais negócios inovadores já foram empreendidos por profissionais da informação?

No Portal EmpreendeBiblio.com é possível encontrar vários depoimentos de profissionais que estão empreendendo em seus próprios negócios na área de gestão da informação. Embora algumas empresas tenham sido criadas na década de 1990 quando algumas oportunidades começaram a surgir, grande parte das empresas começou a partir dos anos 2000. Várias oportunidades ligadas à gestão de processos, comércio eletrônico, arquitetura da informação, gestão eletrônica de documentos, sistemas de informação, gestão do conhecimento, entre outras surgiram, os profissionais da informação perceberam essa lacuna e começaram a organizar seus negócios e suas empresas. Ainda existem muitos profissionais da informação que prestam serviços, porém não tem empresa formalizada registrada com CNPJ.

4. Como a tecnologia afeta as condições para o empreendedorismo e a inovação no contexto das atividades/produtos de informação?

Afeta diretamente porque os profissionais da informação podem usar todos os recursos tecnológicos disponíveis para promover acesso, organização, recuperação, preservação, armazenamento, divulgação e compartilhamento de informações para promover inovação e prestação de serviços de acordo com demandas percebidas.

5. No contexto brasileiro, que fatores afetariam a intenção / motivação de jovens profissionais da informação para que se tornem empreendedores?

Costumo dizer que a motivação é interna. Cada pessoa deve encontrar motivos para agir. Porém, os gestores devem promover uma cultura empreendedora por meio de um ambiente saudável. Podem incentivar seus colaboradores a ir além, a desenvolver um perfil intraempreendedor, ou seja, os gestores podem propiciar condições para a motivação. Isto pode ocorrer por meio de incentivos, recompensas, oportunidades para todos sugerirem e participarem dos processos de planejamento e tomada de decisão nas organizações, etc. Ainda na escola e na Universidade, os professores também tem essa responsabilidade conforme Dolabela (2004) defende. Criar mecanismos, estratégias, metodologias de ensino para desenvolver esse perfil empreendedor. Seja por meio de disciplinas específicas, projetos de ensino, extensão, pesquisas, eventos entre outras modalidades é possível motivar os profissionais da informação a identificar oportunidades e empreenderem.

6. Como você avalia o ambiente de formação dos profissionais da informação voltado para o empreendedorismo e inovação (considerando conhecimentos, habilidades e atitudes)? Quais as perspectivas para o futuro?

O futuro é propício para empreender. Em nível mundial cada vez menos oportunidades de trabalho de carteira assinada e vagas em concursos públicos serão abertas. A tendência é mudar cada vez mais as relações trabalhistas. Tanto na formação quanto na atuação é preciso buscar outros caminhos e soluções, é preciso se diferenciar, buscar capacitação contínua, conhecer novas culturas, se relacionar com profissionais de outras áreas, aprender outros idiomas, correr riscos (planejados) e estar atento às mudanças e demandas do mercado e principalmente da sociedade. Somos profissionais da informação e nosso foco deve ser as pessoas em primeiro lugar. Tecnologia e processos gerenciais são importantes, mas sem pessoas nada tem sentido, precisamos identificar as necessidades das pessoas e apresentar soluções. Nossa missão é social e temos que resgatar a veia humanística da nossa profissão. Só assim podemos fazer a diferença no mundo do trabalho e na vida das pessoas.

Como citar esta entrevista (APA):

Spudeit, D. F. A. O. (2017). Empreendedorismo e profissionais da informação. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, 6(1), 5 – 7. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v6i1.54358>

Relações sociais de acesso: redes informacionais e interlocuções frente aos documentos policiais na Região do Alto Solimões/Amazonas

Relations of social access: information networks and interlocutions when approaching police station documents in the Alto Solimões/Amazonas Region

Marcelo Araújo Silva¹, Rodolfo Almeida de Azevedo²

¹Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, Manaus, AM, Brasil

²Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Manaus, AM, Brasil

Autor para correspondência/Mail to: Marcelo Araújo Silva (marceloarquivista@gmail.com)

Financiamento/Funding: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Recebido/Submitted: 29 Jun. 2017; **Aceito/Approved:** 08 Ago. 2017



Copyright © 2017 Silva & Azevedo. Todo o conteúdo da Revista (incluindo-se instruções, política editorial e modelos) está sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 3.0 Não Adaptada. Ao serem publicados por esta Revista, os artigos são de livre uso em ambientes educacionais, de pesquisa e não comerciais, com atribuição de autoria obrigatória. Mais informações em <http://revistas.ufpr.br/atoz/about/submissions#copyrightNotice>.

Resumo

Introdução: O campo da pesquisa social em organizações policiais revela uma zona de tensão relacionada ao acesso a dados e informações, especialmente porque estes registros produzidos em delegacias guardam informações sensíveis e são mantidos por uma instituição com amplo histórico de restrição de acesso no Brasil. Diante disso, o presente estudo investigou os mecanismos e estratégias de acesso utilizados por um grupo de pesquisa atuante na mesorregião do Alto Solimões no Estado do Amazonas, bem como suas relações e interlocuções no acesso às delegacias de quatro municípios, em busca de dados e informações sobre violência contra mulheres.

Metodologia: Utilizou-se o método de análise de conteúdo nos relatórios de campo produzidos pelos membros do grupo de pesquisadores em suas três etapas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados: inferência e interpretação.

Resultados: Quanto às interlocuções e a rede informacional elencaram-se as seguintes observações: a atuação dos interlocutores influencia no acesso às organizações; a identificação de uma rede eficiente nos municípios; o pleno acesso às organizações, com apenas um caso de restrição justificada; a contribuição de agentes internos que dinamizam a coleta de dados e colaboram na recuperação da informação.

Conclusões: As observações durante a análise permitiram, a partir da formulação de "acesso jurídico" e "acesso intelectual" de Jardim (1999b), a reflexão sobre dois novos conceitos idealizados inicialmente como "Pré-acesso" e "Relações Sociais de Acesso" com os aportes relacionados à antropologia da informação observando as condições sociais na constituição do acesso, assim como a definição das etapas do acesso aos registros/documentos mantidos por estas organizações.

Palavras-chave: Acesso às instituições; Acesso à informações; Relações sociais de acesso; Registros Policiais

Abstract

Introduction: The field of social research in police organizations reveals a tension related to the access to data and information, especially because these records were produced in police stations in Brazil, that store sensitive information and are maintained by an institution with a long history of restricting access. The present study investigated the access mechanisms and strategies used by a research group in the Alto Solimões Mesoregion (Amazonas State), as well as their relations and communications when accessing data and information on violence against women at four districts.

Methodology: It was used content analysis procedures which were based on field reports produced by the research group. The methodology establishes three stages: pre-analysis; exploration of the material and treatment of results: inference and interpretation.

Results: As for the interlocutions and the information network the interaction of the interlocutors may influence the access to the organizations; it could be identified an efficient personal network in the districts; the research team got full access to the organizations, with only one case of justified restriction; there were contribution of internal agents that accelerate the collection of data and collaborate in information recovery.

Conclusions: The observations during the analysis allowed to consider two new concepts - initially conceived as "Previous access" and "Relations of Social Access" - that could be added to the "legal access" and "intellectual access" formulation of Jardim (1999b). These the social conditions that previously help in building the access, as well as the definition of the steps to access the records/documents kept by these organizations, can be considered as a contribution of this investigation.

Keywords: Access to organizations; Information access; Relations of social access; Police documents

INTRODUÇÃO

Este estudo é o resultado parcial de um trabalho de pesquisa desenvolvido no âmbito do programa de Extensão Universitária Observatório da Violência de Gênero no Amazonas¹, e apresentado ao Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas como trabalho de conclusão. Configura-se como objetivo central investigar os mecanismos e estratégias praticadas por um grupo de pesquisadores no acesso às organizações policiais, assim como, às informações públicas produzidas no cumprimento de suas funções. Ademais, para se alcançar a

¹O Projeto de Extensão Observatório de Violência contra Mulheres no Alto Solimões tornou-se Programa de caráter permanente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em 2014, passando a denominar-se de Observatório da Violência de Gênero no Amazonas, onde o autor principal atuou como bolsista e desenvolveu atividades de coleta de dados e organização de arquivos.

centralidade de sua motivação, fez-se necessário entender os aportes teóricos que inter-relacionam a Ciência da Informação e a Antropologia e suas distintas maneiras, porém complementares, de analisar o problema do acesso.

O desenvolvimento da ciência praticada em qualquer que seja o território está intrinsecamente ligado ao acesso, pois, o acesso permite a interação e a produção do conhecimento e do saber. Na sociedade da informação, a democratização do acesso à informação de qualidade está no centro dos debates, e por isso, a necessidade de políticas públicas de informação e acesso permitam o combate aos pensamentos autoritários e práticas institucionais arbitrárias que recolhem os arquivos da esfera pública aos domínios de um dono personificado, transformando-os em território privado e restrito, ou simplesmente, dedicam-se a prática de entregá-los ao desuso e possivelmente a deterioração como estratégia de ocultação de informações e práticas obscuras (Jardim, 1999a, p. 52-53).

Neste contexto, as investigações informacionais impulsionam-se nas ciências sociais, nomeadamente a sociologia, a antropologia, a etnografia e a história; e as técnicas e as práticas da Biblioteconomia e da Arquivística, dos sistemas de informação, e das tecnologias da informação, no esforço de compreensão do fenômeno da informação social, de acordo com seus desdobramento na realidade social (da Silva, Ribeiro, Ramos, & Real, 1999); da mesma maneira, que o resultado palpável de tal convergência é, sobretudo a possibilidade de formular projetos de investigação transdisciplinar em que a informação opera como vetor da cultura informacional nas práticas sociais observados na obra de Bourdieu em uma verticalização para campo da informação no intuito de capturar as diferentes evidências locais dos processos culturais e das práticas sociais (Marteleto, 2017).

No entanto, o levantamento realizado pelos autores deste estudo junto a literatura na área da Ciência da Informação e da Arquivística com a temática do acesso às organizações para busca dados e informações arquivísticas, constatou que a produção se direciona nas estratégias de organização das informações institucionais e os mecanismos utilizados na gestão da informação que operam no centro das necessidades funcionais e administrativas de órgãos públicos para tomada de decisão e/ou preservação da memória social (Jardim, 1999a, p. 75), e dessa forma, revela a carência de pesquisas com foco em outros aspectos do acesso. Diante disso, como se propõe este estudo, é necessário ampliar o olhar sobre o acesso às informações, entendendo-o como um processo informacional e comunicacional que pode começar fora das organizações produtoras, e sobretudo, observar se essas organizações, especialmente as de natureza pública, são acessíveis às demandas informacionais da sociedade. No âmbito da pesquisa social em organizações policiais, há, nitidamente, um campo de tensão relacionado ao acesso ao qual possibilitou, no escopo desta análise, o desenvolvimento de conceitos como “Relações Sociais de Acesso” e “Pré-acesso” a partir dos aportes gerais presentes na literatura científica notadamente a Ciência da Informação e a Antropologia, proveniente das interações entre indivíduos e grupos nas dinâmicas sociais e informacionais estabelecidas no campo.

Diante dessas observações, este trabalho tem sua contribuição acadêmica para entendimento dos mecanismos e renovação das estratégias aplicadas no acesso às organizações públicas e as relações sociais edificadas no campo, principalmente, porque as discussões sobre acesso às organizações ou relatos de restrição de acesso limitam-se as notas de rodapé e/ou parágrafos introdutórios. A sociedade tem, em contrapartida, um sinal de alerta para a reivindicação de políticas públicas acesso às informações e dados (Jardim, 1999a), sobretudo na formulação de instrumentos normativos mais favoráveis às pesquisas científicas, a fim de evitar restrições totais.

PERCURSO METODOLÓGICO

O universo da pesquisa constitui-se de quatro delegacias de polícia do Estado do Amazonas, mais precisamente da Região do Alto Solimões, que corresponde à primeira etapa de municípios visitados pelos membros do Observatório da Violência de Gênero no Amazonas (OVGAM), que têm, segundo dados coletados, uma delegacia em cada cidade. As cidades foram identificadas pelas siglas M1 – Município 1, M2 – Município 2, M3 - Município 3 e M4 para Município 4, resguardando o sigilo de sua identificação, com intuito de guardar seus nomes e não comprometer os agentes envolvidos na pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa são os membros do grupo de pesquisa que, mediante trabalho campo, entraram em contato com as delegacias, agentes e registros, produzindo relatos etnográficos em busca do acesso às informações custodiadas por estas organizações. Dentre os instrumentos analisados, estão à tipologia documental convencionado pelo grupo de pesquisa como “relatórios de campo”, que compõe uma mistura de relatório técnico-descritivo com os elementos da produção de texto etnográfico.

Como orientação conceitual da análise dos dados, optou-se por aderir aos conceitos de “acesso jurídico” e “acesso intelectual” concebidos por (Jardim, 1999b). O acesso jurídico às informações pode garantir ao usuário o acesso físico a um estoque informacional materialmente acessível, isto é, o acesso aos arquivos (como acesso às organizações que as mantém). O acesso intelectual dado ao conjunto de mecanismos de recuperação da informação viabiliza acesso pleno aos conjuntos documentais e as informações neles contidas

(Jardim, 1999b). A “Antropologia da Informação” e o estudo sobre redes e redes sociais, preceituam subsídios teórico-metodológico fornecendo uma compressão de fatores ambientais, sociais, culturais e econômicos no entendimento do problema e as questões externas, essencialmente, na observação e formatação da rede e das interlocuções. A partir do entendimento destes conceitos e das análises dos relatos etnográficos, concebeu-se uma reflexão sobre dois novos conceitos que definiu-se, inicialmente, de “Pré-acesso” e “Relações Sociais de Acesso” com definição e reflexão explorados no decorrer deste estudo.

O método utilizado foi a análise de conteúdo de (Bardin, 2011) onde seus conceitos e aplicações apresentam-se em três etapas: Pré-análise, exploração do Material, tratamento dos resultados: inferência e interpretação. Na fase de Pré-análise, foi realizado primeiramente a organização do trabalho, leitura flutuante da documentação selecionada, ou seja, os relatórios de campo, e por fim, os recortes. Quanto a exploração do material realizou-se a escolha da categoria de análise: Interloquções de acesso às informações. Concernente ao tratamento dos resultados foi realizado a interpretação dos conteúdos dos documentos e, posteriormente, a inferência direcionada pela categoria de análise da pesquisa, onde a aplicação dos recortes textuais dos relatórios de campo, bem como interpretação e inferência do pesquisador e dos autores indicados no referencial-teórico da pesquisa para compreensão dos fatos.

ANTROPOLOGIA DA INFORMAÇÃO: EM BUSCA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE ACESSO

Os pressupostos engendrados e os esforços teóricos empregados na formulação de uma empreitada conceitual, a fim de integrar as duas disciplinas acontece no campo de tensões e reflexões da Ciência da Informação – CI, que apresenta no cerne de suas discussões a problemática da produção, distribuição e organização da informação entendidas como o caminho basilar para o exercício da cidadania e busca do conhecimento. Com estes elementos, a sua ambientação se dá no amplo e vasto pano de fundo de uma sociedade da informação, aliados a noção de “cultura informacional” em sua interação com o mundo real.

É com esta premissa que a Antropologia da informação reflete suas bases, e que tem como objetivos o estudo das questões informacionais no mundo social, uma vez que, neste cenário estão os diversos discursos, exprimindo diferentes visões da realidade em busca da “verdade”, tal como a expressão de um campo antropológico em observação as diferentes práticas sociais que afirma as construções informacionais plenamente observados neste estudo, certificando que “o encontro de diferentes disciplinas é o encontro de histórias diferentes, logo, entre culturas diferentes” analisados em Bourdieu e convergentes nas investigações no campo informacional (Marteleto, 2017, p. 45).

Assim, o objeto de estudo da CI, em maior amplitude, deixa de ser apenas a informação contida em suportes físicos e eletrônicos, ou seja, registrada em livros e documentos, para a sua circulação e transferência formatada na vida social, e nas suas dinâmicas relacionais, em que o sujeito põe a “informação em movimento”. Alinhado neste objeto, pode-se afirmar que uma das preocupações investigativas da antropologia da informação apoia-se em discutir e observar as condições sociais (políticas, econômicas e culturais) de produção, disseminação e uso da informação, observando está informação dinâmica na constituição do acesso, e corroborando com o escopo analítico das interlocuções de acesso direcionadas neste estudo (Jardim, 1999a; Marteleto, Ribeiro, & Guimarães, 2002).

Dessa forma, a necessidade da utilização de elementos conceituais de “Rede” e “Informação” relacionados aos produtores de conhecimento do campo científico onde unidades e organismos constituem uma interação em busca do acesso frente a complexidade da estrutura formal que dificulta com objetivo de preservar o segredo (Jardim, 1999a, p. 67), contribuíram na construção deste sentido. Importante salientar, que o conceito de “Redes Sociais” nos estudos sociológicos e informacionais entende-se como “sendo constituída de um conjunto de unidades sociais e das relações que essas unidades sociais mantêm umas com as outras, direta ou indiretamente, por meio de encadeamentos de extensões variáveis” (Merclé, 2004, p. 4 *apud* Marteleto, 2007), onde buscou-se explorar a relação dos indivíduos na constituição de redes informacionais em contato com as organizações e as interlocuções destinados ao acesso às informações, que designou-se destacar neste estudo como “Relações Sociais de Acesso”.

Assim, o conceito de “Relações Sociais de Acesso” como idealizado nas análises, entende-se como o conjunto de indivíduos em constante interação e troca de informações constituindo uma rede de informantes como estratégia de campo com o objetivo ao acesso pleno às organizações e seus estoques informacionais. Deste modo, estas relações visam superar os ‘leões de chácara’ (Alcadipani, 2013) e os inquisidores do ‘campo minado’ (Silva, 2014), que se desenvolve fundamentalmente pela “utilização de redes pessoais e institucionais do pesquisador para entrar na organização desejada” (Bryman, 1988; Hammersley & Atkinson, 1995; Gill & Johnson, 2002 *apud* Alcadipani, 2013).

Em síntese, face dos campos que interessam a esta prática investigativa, foram relacionadas às seguintes categorias, que nortearam os trabalhos de análise, baseado na Antropologia da Informação e nas formulações conceituais: 1) cultura informacional da organização; 2) comportamento informacional (atitudes dos indivíduos

e dos grupos informacionais 3) compartilhamento das informações. Estas categorias encaminharam as percepções nos relatórios de campo acerca da formação das redes de informantes e interlocuções que acontecem no âmbito da etapa do acesso, revelando-se os caminhos e descaminhos, encontros e desencontros, erros e acertos que regem as ações e estratégias dos pesquisadores frente a tarefa de transpor as barreiras das organizações em busca de seus estoques informacionais.

O ACESSO ÀS ORGANIZAÇÕES NA PESQUISA DE CAMPO: CONFIGURANDO O PRÉ-ACESSO

O acesso às organizações tem se mostrado um fator preocupante para os pesquisadores na atividade de campo, apesar da presença constante da reflexão sobre acesso ao campo em estudos qualitativos de Administração em Organizações, ainda carece de análises e discussões os processos de ‘negociação do acesso’ assim como as etapas do acesso e a descrição das estratégias utilizadas (Bruni, 2006, p. 145). Na Arquivística e na abrangente Ciência da informação no Brasil, estas análises e discussões sobre acesso às organizações em organizações policiais para fins de pesquisa não aborda este aspecto específico do acesso. Na verdade, há uma escassez de histórias fracassadas de acesso, ou mesmo de dados que demonstrem um quantitativo de pesquisas que deixaram de existir por conta de restrição total aos dados e informações organizacionais, ou que eventualmente, foram prejudicadas por acesso parcial aos registros de uma organização, dos quais os problemas específicos provém de um mesmo *modus operandi* a fim de assegurar conceitos conflitantes e garantir o monopólio informacional (Alcadipani, 2013; Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1992; Mendel, 2009). Neste caso, a etapa de “negociação do acesso” pode ser ainda mais dificultada em virtude da relutância de muitas organizações em abrir as suas portas, temerosas que seus “segredos” se tornem públicos (Bryman, 1988; Buchanan et al., 1988; Smith, 1997, 2000; Alvesson & Deetz, 2000; Gellner & Hirsch, 2001; Bruni, 2006; Johnson, 1975 *apud* Alcadipani, 2013; Jardim, 1999a).

Em uma busca incessante de referenciais e fundamentos científicos sobre o tema, e diante de poucos resultados obtidos, emerge um campo especialmente de pesquisas organizacionais no Brasil sobre o assunto, a qual destaca-se o artigo “Confissões Etnográficas: Fracassos no acesso às organizações no Brasil” de Rafael Alcadipani 2013. No texto o autor afirma a quase inexistência de trabalhos que abordem a temática, justificando que grande parte da literatura encontra-se em língua inglesa. O trabalho constitui-se de duas etnografias fracassadas como afirma o título, em diferentes contextos e organizações: um jornal e uma força de segurança nacional. Outro estudo que enfatiza a temática específica de acesso às organizações foi “Fazendo Etnografia em campo minado” de Vanderlan Silva (2014); nesta investigação o autor apresenta a etnografia em quatro escolas do ensino fundamental e em uma penitenciária no estado da Paraíba. Neste contexto, quando comenta as negociações sobre a entrada na penitenciária.

Por certo, não se tratava “apenas” da seriedade da pesquisa, mas do controle a ser exercido sobre o pesquisador. Durante todas as audiências, a autoridade judicial sempre se portou como inquiridor, procurando avaliar o pesquisador e mensurar as possíveis consequências da realização da pesquisa e da divulgação dos seus resultados para a instituição (Silva, 2014, p. 3).

Similarmente, as duas etnografias compreendem relatos das dificuldades de acessos e suas negociações, este último, ainda de caráter dramática, pois são das ‘negociações’ que depende, essencialmente, a viabilização e execução da pesquisa e seus desdobramentos, afirma o autor, ao qual compreende-se comumente como obstáculo de acesso às informações e registros oriundos dos processo realizados no âmbito institucional.

Dentre os vários obstáculos colocados nas pesquisas e observados por ambos os autores, em caso específico que requer acesso ao interior das organizações, e por conseguinte, o acesso às informações e registros, duas preocupações são constantes: 1) Quais as informações que serão acessadas ou pessoas entrevistadas; 2) quais as consequências da realização da pesquisa e da divulgação dos seus resultados para a instituição. Neste contexto, surge os responsáveis por manter os segredos das organizações, como os gestores e executivos, que são aqueles que decidem, de forma estratégica, sobre a solicitação de acesso e seus desdobramentos como um método privilegiado e de ampla eficácia (Jardim, 1999a). Esses são verdadeiros “leões de chácara” organizacionais, e tendem a ficar preocupados com a possibilidade de que relatórios de pesquisa exponham práticas institucionais para o público em geral, ou, até mesmo, sejam utilizados em demandas judiciais contra a organização.

O que torna o tema mais antagônico são os obstáculos de acesso às organizações e seus estoques informacionais serem visto com certa “naturalidade” para os condutores de pesquisa científica, e insistentemente o assunto permanece na obscuridade ou reduzidas a prefácios e notas de rodapé explicativas. Diante disso, que “a questão do acesso tende a ser tratada como uma das etapas práticas e não reflexivas [...]. É uma questão vista como quase não problemática” (Alcadipani, 2013, p. 3). Assim, a tendência indica que quanto mais tempo o pesquisador pretende ficar na organização e quanto mais sensível for o tema da pesquisa, mais dificuldade o mesmo terá para conseguir o tão necessário acesso, sem o qual a pesquisa não poderá ser realizada. Tal situação é particularmente delicada em estudos etnográficos que em geral, requer um longo período de tempo na organização a ser pesquisada (Bate, 1997), embora consulta de fontes documentais produzidas pelas organizações e análise das suas práticas acarrete em desconforto na etapa de negociação do acesso.

O mais flagrante dos casos onde os descaminhos dos acessos às informações institucionais prevaleceu em

detrimento a pesquisa, foi demonstrado com a clareza e ênfase necessária na pesquisa apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Ana Leticia de Alencastro Vignol na Universidade Federal de Santa Maria/RS, intitulada “Acesso Limitado: As Lacunas da Informação institucional do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa” que consiste em um relato de restrição de acesso às informações institucionais que afetou diretamente os objetivos da pesquisa, como expõe a autora na introdução do estudo.

A problemática desta pesquisa compreendia analisar os objetivos norteadores da fundação de um Museu de Comunicação em um período de forte repressão às liberdades de expressão, sobretudo às comunicações, imposto pelo AI5 [...] seria necessário pesquisar e analisar a documentação referente ao histórico do funcionamento da instituição, ou seja, ter acesso ao seu arquivo administrativo. Porém, há limitações no que tange ao acesso das referidas informações, restrições foram feitas e em uma determinada situação, foi vetada a aproximação com a maior parte das fontes primárias, sendo impossível descobrir se as mesmas existem ou não. Devido a estas impossibilidades o foco do estudo foi alterado. [...] As tentativas quase que totalmente frustradas feitas junto à instituição e em alguns órgãos a ela vinculados mostraram que não há interesse em pesquisas que privilegiem o funcionamento de referido museu (Vignol, 2009, p. 11-12).

A mudança do foco da pesquisa que teria como objeto base a história administrativa do museu, e de forma abrupta, porém, não menos colidente, a alteração para as ‘lacunas do acesso’ à informação institucional revelou o caráter singular do estudo arquivístico: onde há restrições de acesso e o tema veio à tona representado na problematização da questão. Entre outras coisas, a negação do acesso assemelha-se a caminhar por lugares obscuros ao manto que cobre os seus segredos nas organizações, especialmente quando a pesquisa circunda um período conturbado da história do Brasil, caracterizado pela violação de direitos fundamentais, como relatado pela autora.

Neste cenário, dos quais encontram-se conflitos no acesso às informações/dados/registros para pesquisa histórica e social, permitiu-se observar e refletir a configuração do conceito de Pré-acesso entendendo-o, inicialmente, como uma etapa estruturante que ocorre ao redor da organização, refletindo o conhecimento e a informação na cultura local, bem como o emprego teórico-metodológico da noção de rede, o que denominou-se “rede de informantes” ou “rede informacional” (Marteleto, 2002). Torna-se importante a percepção conceitual da noção de “terceiro conhecimento”, em uma forma distinta de observar o uso da informação, e toda conjuntura informacional acerca da rede, seja dentro ou fora das organizações, fornecendo ao pesquisador/observador uma referência para interpretar as práticas informacionais que têm lugar no mundo social e suas dinâmicas (de Azevedo, 2006). Desta noção, portanto, de entendimento complexo, onde as relações de troca informacional são progressivas e mutáveis, que foi possível perceber e refletir o conceito de “Pré-acesso” como uma etapa do acesso por meio das relações sociais no campo.

O “Pré-acesso” como idealizado por meio da análise das estratégias de campo, com o sentido do prefixo “Pré” onde entende-se como o que acontece antes, isto é, um período de preparação, uma etapa do acesso que estrutura-se como o processo que antecede o acesso jurídico (acesso às organizações), e por conseguinte o acesso intelectual que corresponde ao acesso aos estoques informacionais das organizações e seus conteúdos (Jardim, 1999a). Em sumo, a concepção do “Pré-acesso” pode-se conceber também um caminho para o acesso às organizações percebidos como “etapas” do acesso, por isso, compreende-se o percurso: Pré-acesso, Acesso Jurídico e Acesso intelectual, resultando no acesso pleno. Por esse motivo, aplica-se a etapa de ‘Pré-acesso’ como sendo as preparações no campo por meio do uso de redes de contatos, ação de interlocutores e as relações informacionais que se dão no campo de pesquisa, isto é, compreende-se como ações externas funcionando igualmente a um mapa ou bússola para adentrar o terreno das organizações.

AS RELAÇÕES SOCIAIS DE ACESSO E SEUS INTERLOCUTORES

Para o entendimento das estratégias e mecanismos utilizados pelo grupo de pesquisa atuante na região do Alto Solimões/Amazonas, reconstruiu-se o percurso que observa desde os primeiros contatos, perpassando por conversas para a coleta de informações gerais, até detalhes que compõe relações sociais nestes ambientes, bem como aspectos econômicos e culturais da região, como percebeu os aportes conceituais da Antropologia da Informação.

O deslocamento de um município para outro, em se tratando de pesquisa em organizações, requer informações prévias e localização de organizações no território ‘novo’. No Alto Solimões não é diferente, porém como território onde o fluxo de pessoas é intenso, torna-se possível a identificação de “conhecidos” que possam oferecer estadia durante os dias da pesquisa, assim, estes mesmos conhecidos se conectam à rede de informação. O membro do grupo de pesquisa relata que desde a estadia na casa destes “conhecidos” pode-se colher informações sobre o município e obter o mapa das organizações

Acomodamo-nos, descansamos e às 15h: 00min nos reunimos com Sr^a. Antonia² que nos informou a rotina da casa e também contou algumas coisas sobre o município e foi que com e que obtivemos um dos contatos mais importantes da cidade, além de nos informar boa parte das organizações governamentais e não governamentais existentes no município³.

²Todos os nomes utilizados são fictícios para preservar a identidade dos envolvidos.

³Foram mantidas todas as características originais do texto.

A senhora Antônia é o primeiro contato que contribui para a interlocução do acesso, informando as organizações governamentais e não governamentais no município da região. A rede de interlocutores começa em uma desprestiosa estadia. Na M3⁴ pode-se observar uma interlocução da coordenadora do grupo na indicação de informantes

Era encontrar um informante que nos fornecesse algumas informações sobre o município de M3 [...], pela parte da manhã conhecemos Anderson da Silva, esse indicado pela professora, esse rapaz nos deu informações sobre o município [...] foi nesse momento que indicou um rapaz chamado de Marcelo Magalhaes [...] esse nos informou sobre vários setores do município da sua cidade, nos indicou algumas associações existente e que por ele foi fundada.

Um informante contribui com detalhes sobre o município, e logo determina o encontro de um segundo informante, este provavelmente profundo conhecedor dos 'setores' do município. Quando um dos discentes membros do grupo pertence ao município alvo da pesquisa, pode observar uma maior facilidade de acesso às autoridades políticas e administrativas da cidade como foi no caso de M2

Fui para casa do prefeito, fiquei meia hora esperando, quando ele saiu fui logo cumprimentando e falando do trabalho e da equipe de pesquisadores acadêmico da Universidade Federal do Amazonas do Programa Observatório da Violência contra Mulher.

Diante do gestor da cidade, ou em contato direto com os agentes da instituição que se deseja ter acesso, nota-se ainda às conexões e interlocutores em constante interação. Em ambos os casos, a apresentação da coordenadora e os motivos da pesquisa são explicados

Fomos recebidos pelo cabo de polícia Aldemir Souza e pelos soldados Matheus e Cleber, cumpre-se ressaltar que os dois policiais são conterrâneos da cidade de [...] onde eu moro aguardamos uns 10min para a chegada do comandante da DIP, o delegado Humberto Soares fomos formalmente apresentados, pela coordenadora do programa, quais os motivo de tal pesquisa no município de M3, depois de feito as devidas apresentações comecei a colher informações sobre o espaço físico da DIP.

A observação e a interação com os policiais do Distrito Integrado de Polícia – DIP, permite obter informações sobre os aspectos culturais que circundam o período, até o motivo pelos quais estão em serviço.

Quando chegamos à delegacia as 08h23min o estabelecimento ainda estava fechado, com alguns minutos depois chega o primeiro policial que estava recebendo o plantão. Então se aproximamos dele e puxamos conversa. Ele é natural de M1 e entrou na incorporação há pouco tempo e está apenas fazendo reforços devidos os festejos da cidade. Passará apenas alguns dias na cidade e depois retornará a capital Manaus. [...] Enquanto isso observei a forma como os PM's se relacionam, a conflitualidade existentes entre os PM's que estavam ali como reforço para os festejos da cidade e os que trabalham e residem em M1, falavam uns dos outros desmerecendo o trabalho e a experiência que tinham ao longo de suas vidas.

O "puxar conversa" apresenta-se como a interação pode trazer informações e incluir os agentes internos na rede. E também, demonstra um pouco das relações entre agentes de outras cidades, e as diferenças entre ser da Capital e do interior. O que é bem explicitado como estratégia dos discentes as conversas e as observações

Entre conversas paralelas com os policiais para descontrair, ou saber coisas que a nós interessava uma pausa e outra para observar o que estava acontecendo com tamanha movimentação e entra e sai da sala do delegado.

A estratégia de interação com os agentes internos promove uma ampliação da rede de informantes, quando estes apresentam mais agentes que facilitaram o acesso dentro da instituição, e acabam por ser peça fundamental na pesquisa.

O soldado Davison contribuiu bastante para que as pesquisas se concretizassem na delegacia ele não mediu esforços em nos ajudar com as informações que estava ao seu alcance. Então o Policial Militar que estava nós acompanhado apresentou os seus companheiros de trabalho que acabara de chegar da primeira ronda matinal e eles são todos da mesma equipe e são todos reforços temporários de Manaus que por conta dos festejos foram designados para o município, e também seus representantes o Cabo Fernando responsável pela delegacia.

A interação com os agentes e observação fornece informações preciosas sobre as peças documentais, motivos do acesso aos arquivos para a pesquisa, onde detalhes são revelados no que tange ao seu preenchimento e as impressões do documento, bem como ausência de treinamento e despreparo dos agentes como observado no relato.

Em outro momento da conversa eles falavam sobre o BO que segundo eles é complicado e detém campos para informações desnecessárias como a altura e peso do autor do crime, alguns deles não sabiam como preencher o documento, e quando o fazem deixam de colocar informações cruciais para a presente pesquisa, mas é como eles dizem isso não é trabalho deles, pois não são Policiais Civis.

Os informantes, além de proporcionar dados e informações para poder subsidiar um detalhamento maior das informações institucionais que inclui o funcionamento da unidade, o efetivo e as informações sobre as práticas criminais de maior frequência na cidade, como se observa.

A DIP de M3 esse departamento policial possui 01 depósito, 01 gabinete onde o delegado atua 01 sala de investigação 01 sala de arquivo e 01 banheiro público possui um efetivo de 05 cabos, 03 soldados e 01 Delegado que é policial civil, 01 escrivão e 02 atendentes que são funcionários públicos que são deslocados de seus setores de origem para trabalharem juntamente com a polícia de M3, a DIP, até o presente momento da pesquisa havia 20 presos, sendo que as maiorias dos crimes cometidos são: roubo e tráfico de drogas ilícitas.

A rede de informantes não permite limites no âmbito institucional, onde até detentos prestam "serviços" e servem de facilitadores do acesso às informações, e esclarece uma relação de animosidade entre presos e policiais. Ambos, em relação mútua, proporcionam pleno acesso aos livros de registros.

⁴Os quatro municípios que compõe o quadro da pesquisa, utiliza-se as seguintes siglas: "M1" para município um; "M2" para município dois; "M3" para município três; "M4" para município quatro.

Fiz amizade em especial com dois presos que estavam no regime semiaberto, durante os dias que passei na DIP, foram super prestativos comigo e com os demais colegas, os policiais foram grandes parceiros durante o período da pesquisa, nos dando total acesso aos livros.

Não somente contribuem e ajudam no acesso às informações, os detentos “interlocutores” prestam serviços para organização policial de M3 em casos específicos, como relata um membro da pesquisa .

A DIP de M3 pausa para o intervalo do almoço no horário das 12hs00min, voltando ao atendimento às 14hs00min claro que os policiais de serviço permanecem de prontidão para qualquer ocorrência, mas quem fica na delegacia durante o intervalo do almoço são dois detentos que estão em regime semiaberto.

Um dos aspectos políticos e culturais revelados na análise dos relatórios, chamou a atenção para um fato que prejudicou a pesquisa em M4, uma vez que o período da pesquisa coincidiu com a eleição para prefeito da cidade em 2012 no mês de outubro, concluiu.

Aprendizado que tiramos durante a pesquisa, que não devemos praticar uma pesquisa em lugares governamentais em período de eleições, pois a rotina da cidade gira em torno da politicagem e isso no nosso ponto de vista traz contribuições negativas e a não liberação de alguns dados.

A restrição do acesso aos dados e informações no período eletivo da cidade, justifica-se pela divulgação das informações que poderiam prejudicar a eleição de determinado candidato. Assim, fez-se necessário o agendamento de uma nova visita para acesso às informações institucionais, prejudicando de maneira consistente os rumos da pesquisa naquele município, bem como o seu cronograma de atividades.

CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS

Na teia do acesso, obtive-se relatos importantes sobre a rede e seus interlocutores orientados pelo grupo, de modo que tornou-se possível compreender as relações necessárias para “ocupar” às organizações e seus conjuntos informacionais, assim como, a dinâmica das Relações Sociais de Acesso refletem a cultural local que influencia diretamente na rotina das organizações. Neste ponto, os elementos fornecidos pela antropologia da informação mostrou-se atentar o condutor da pesquisa na análise dos relatórios, a agregar os detalhes da rede de informantes e das interlocuções internas nas organizações policiais, o que permitiu perceber os efeitos da rede na interação com seu espaço, com as estruturas do Estado, e, mais especificamente, as dinâmicas internas com “representantes” das delegacias e seus agentes (Marteletto, 2001).

Assim, quanto aos interlocutores e as relações sociais de acesso, o mesmo documento apresentou uma demanda de elementos que, indubitavelmente, proporcionam uma análise multifacetada dos casos relatados, a pulsão plena de novos estudos. O que permitiu elencar as seguintes observações gerais das interlocuções de acesso presentes no decorrer desta análise: a) Atuação dos interlocutores contribui decisivamente no acesso às organizações; b) Identificação de uma rede de informantes eficientes nos municípios; c) O pleno acesso às organizações, com apenas um caso de restrição justificada; d) Contribuição de agentes internos que dinamizam a coleta de dados e agilizam a recuperação da informação.

Destas colocações, é amplamente perceptível a identificação e atuação dos interlocutores de acesso na formação da rede de informantes em cada município que agiram de forma decisiva no acesso às organizações e, dessa forma, constitui elemento fundamental no acesso às informações, atuando em todas as etapas do processo, desde informantes externos com informações gerais sobre o município, tal como informações específicas de determinados agentes da organização, sobretudo no interior das organizações e na configuração do acesso pleno. O dinamismo da rede e a participação efetiva interlocutores internos fizeram-se presentes no acesso pleno, e personificada na figura dos agentes ou outros contribuintes, como detentos, que mostraram-se essenciais nos auxílios e orientações no momento da coleta de dados.

Das quatro delegacias alvo deste estudo, e analisadas por meio dos relatórios de campo, verifica-se a constituição do acesso pleno em três delegacias, perpassada as etapas de Pré-acesso e Acesso Jurídico e Acesso Intelectual, este último, que compreende a fase de contato com os documentos/registros e a recuperação da informação na coleta de dados. No caso de restrições de acesso às informações, fez-se necessário observar que as mesmas não se dão por ineficiência da rede de informantes, e sim, por questões externas às organizações, que envolvem motivações e interesses políticos, algo presente na cultura local e compartilhado por informantes externos, agentes internos e autoridades locais. O período de visita ao município em questão, onde não foi possível o acesso à organização policial e seus estoques informacionais, coincidiu com o período exato das eleições realizadas na cidade, o que provocou um certo receio no acesso às informações sensíveis, tendo em vista que a pesquisa lida com uma tema delicado, e há uma possibilidade de gerar comoção, e com isso, “revelar” inconvenientes que, certamente, podem embaraçar as campanhas que estavam em curso e comprometer a conquista do pleito..

Por conseguinte, identificou-se que o “Pré-acesso” contribui, fundamentalmente, no acesso pleno apresentando-se como uma etapa planejada. Desta preparação, constatou-se que a rede de informantes é construída a cada interlocução provocada pelos pesquisadores, uma vez que, desencadeia ações informativas que permite agregar novos agentes, possibilitando adentrar as organizações. No território das organizações, as interlocuções com

agentes internos resulta no acesso aos estoques informacionais em sua totalidade, neste caso, sem restrições a qualquer peça documental ou formulação de níveis de acesso, em que as estratégias de acesso intelectual, ou seja, coleta de dados e recuperação da informação ficam por conta dos membros do grupo de pesquisa com assessoria dos agentes. Em termos práticos, há um caminho percorrido, fundamentado nas “Relações Sociais de Acesso”: a rede de informantes estrutura e prepara o campo, expondo as distintas evidências dos processos culturais e práticas sociais (Marteleto, 2017, p. 45) construindo o Pré-acesso com agentes externos, enquanto as interlocuções internas arquitetam e resultam no acesso irrestrito aos estoques informacionais (acesso pleno) dentro do território da organização policial.

As “Relações sociais de acesso” formata-se em uma busca qualitativa e pessoal das informações, fundamentalmente contextualizadas pela visão do interlocutor que interpreta a sua realidade dos fatos, sobretudo porque este tipo de acesso se dá nos sistemas informais, ou seja, invisível e imune às normas e requisitos de acesso estabelecidos que asseguram o sigilo das organizações e o pleno controle de suas informações. Contrapõe-se, por exemplo, a solicitação de informações via sistemas criados propriamente com esta finalidade, como ocorre nos Sistemas de Informação ao Cidadão (SIC’s), apresentação de formulários presenciais ou outros sistemas de requisição de informações exigidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI), que são caracterizados por uma relação impessoal e mecanizada onde é possível revelar ou ocultar o solicitante, assim, entende-se não se aplicar no escopo deste estudo, uma vez que o acesso não se fez por via formalizada prevista em dispositivo legal. A construção desta rede informal de acesso e seus interlocutores formatam o conceito de “Relações Sociais do Acesso” que modela-se exclusivamente com a finalidade de estabelecer e garantir o acesso às informações organizacionais sem a necessidade de registros, instrumentos normativos ou ferramentas do aparelho burocrático que operam no interior destas organizações, o que exigido em alguns casos, apenas um documento comprovante da existência do grupo de pesquisa e seus objetivos investigativos para o fornecimento acesso irrestrito, firmando o privilégio da rede (Jardim, 1999a, p. 71-72). Revela-se tão claramente, que esta é uma prática comum e executada quase que inconsciente por seus atores, visto que o controle e os limites no dinamismo da criação e empenho dessas redes e seus interlocutores acontecem no seio das relações sociais corriqueiras e, proveniente disso, é amplamente praticada e corroborada por uma interação natural da comunicação e do conhecimento local, e por isso, inerente às características sociais que encontram-se na essência das pessoas, da cultura local e suas práticas.

Ao explorar os caminhos da pesquisa e suas relações construídas, complementa-se que a história social dos arquivos é, essencialmente, a história do acesso à informação social e as relações de poder que regulam as possibilidades e níveis de acesso, que fundamenta-se em um estado natural de restrição aos estoques informacionais, porém “negociáveis” (Alcadipani, 2013; Silva, 2014). Vale lembrar que sem acesso, os arquivos não são arquivos e a Arquivologia não desenvolve seu papel de disciplina social, transformando-se em uma disciplina a serviço da organização e da segurança informacional do Estado. Com efeito, reduz os arquivos a meros depósitos de informação simbólica sem efeito social, que ocupam um espaço físico com materiais informacionais que não informam.

REFERÊNCIAS

- Alcadipani, R. (2013). Confissões etnográficas: Fracassos no acesso às organizações no Brasil. In *Iv encontro de ensino e pesquisa em administração e contabilidade*. Brasília, DF: Anpad.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70.
- Bate, S. P. (1997). Whatever happened to organizational anthropology? a review of the field of organizational ethnography and anthropological studies. *Human Relations*, 50(9), 1147–1175. Recuperado de <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/001872679705000905> doi: 10.1177/001872679705000905
- Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (1992). *Dicionário de política*. Brasília, DF: UNB.
- Bruni, A. (2006). Access as trajectory: Entering the field in organizational ethnography. *M@n@gement*, 9(3), 137–152. Recuperado de <http://www.management-aims.com/fichiers/publications/93Bruni.pdf>
- da Silva, A. M., Ribeiro, F., Ramos, J., & Real, M. L. (1999). *Arquivística: Teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto, Portugal: Edições Afrontamento.
- de Azevedo, M. A. (2006). *Informação e segurança pública: a construção do conhecimento social em um ambiente comunitário* (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Belo Horizonte). Recuperado de <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/VALA-6T7Q94>
- Jardim, J. M. (1999a). *Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói, RJ: EDUFF.
- Jardim, J. M. (1999b). *O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação*. Rio de Janeiro, RJ: Conarq.
- Marteleto, R. M. (2001). Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, 30(1). doi: 10.18225/ci.inf.v30i1.940
- Marteleto, R. M. (2002). Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In M. A. Aquino (Ed.), *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidade* (p. 101–115). João Pessoa, PB: UFPB.
- Marteleto, R. M. (2007). Informação, rede e redes sociais: Fundamentos e transversalidades. *Informação & Informação*, 12(especial). doi: 10.5433/1981-8920.2007v12n1esp46
- Marteleto, R. M. (2017). A cultura, o conhecimento e a informação na obra de Pierre Bourdieu. In R. M. Marteleto & R. M. Pimenta (Eds.), *Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Marteleto, R. M., Ribeiro, L. B., & Guimarães, C. (2002). Informação em movimento: produção e organização do conhecimento nos espaços sociais. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 2(1), 69–80. doi: 10.15448/1984-7289.2002.1.88
- Mendel, T. (2009). *Liberdade de informação: um estudo de direito comparado* (2a. ed.). Brasília, DF: UNESCO.
- Silva, V. (2014). *Fazendo etnografia em campo minado: Reflexões sobre os desafios da pesquisa antropológica em situações de risco*. Natal, RN: UFCG.
- Vignol, A. L. (2009). *Acesso limitado: as lacunas da informação institucional do museu de comunicação social Hipólito José da Costa* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Arquivologia, Porto Alegre, RS.

Como citar este artigo (APA):

Silva, M. A. & Azevedo, R. A. (2017). Relações sociais de acesso: redes informacionais e interlocuções frente aos documentos policiais na Região do Alto Solimões/Amazonas. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, 6(1), 8 – 16. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v6i1.53604>

Mediação da informação e comunicação política no Facebook: desempenho do candidato Rui Palmeira à Prefeitura de Maceió em 2016

Mediation of information and politics communication on the Facebook: performance of the candidate Rui Palmeira when running for mayor of Maceió City in 2016

Ronaldo Ferreira Araujo¹, Sarah Rúbia de Oliveira Santos¹, Janyelle Mayara Bento¹

¹Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Maceió, AL, Brasil

Autor para correspondência/Mail to: Ronaldo Ferreira Araujo (ronaldfa@gmail.com)

Recebido/Submitted: 15 Ago. 2017; Aceito/Approved: 22 Set. 2017



Copyright © 2017 Araujo, Santos & Bento. Todo o conteúdo da Revista (incluindo-se instruções, política editorial e modelos) está sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 3.0 Não Adaptada. Ao serem publicados por esta Revista, os artigos são de livre uso em ambientes educacionais, de pesquisa e não comerciais, com atribuição de autoria obrigatória. Mais informações em <http://revistas.ufpr.br/atoz/about/submissions#copyrightNotice>.

Resumo

Introdução: O crescente uso das redes sociais na internet por agentes políticos e eleitores configuram a entrada do país nos moldes de uma cultura digital participativa, constituindo-se uma esfera rica para o desenvolvimento de pesquisas sobre o desempenho dos candidatos em meio digital e a participação política do cidadão. O presente trabalho se propõe a verificar o desempenho no Facebook do candidato à Prefeitura de Maceió, Rui Palmeira nas eleições de 2016.

Método: A pesquisa tem caráter exploratório, de abordagem mista e cunho descritivo, com coleta de dados realizada pela ferramenta Netlytic e a análise por meio da categorização das publicações e compreensão das interações em sua página no Facebook.

Resultados: A maior parte das postagens realizadas diz respeito à Agenda do candidato (24,6%), a Agradecimentos/Cumprimentos (16,7%) e Propostas (15,8%). Apesar disso, as postagens que tiveram maior interação dos eleitores são as de Cunho Pessoal, que compreenderam apenas 5,7% do total de postagens.

Conclusão: As mídias sociais começaram a ser ocupadas e tratadas com relevância no tocante ao cenário político, o que pode ser notado pela diversificação das categorias de postagens. O candidato em questão conseguiu compreender algumas premissas da Web 2.0 quanto à interação e colaboração, no entanto, é necessário destacar que há um longo caminho a percorrer no que tange à responsividade do candidato e interação direta com os eleitores via a ferramenta.

Palavras-chave: Mediação da informação; Redes sociais; Participação política

Abstract

Introduction: The Increasing use of social networks by political agents and voters sets a country into the mold of the digital participatory culture, constituting a rich field for the development of research on the performance of candidates in Digital Media and the citizen political participation. The study aims to verify the performance in Facebook of the Maceió city hall candidate, Rui Palmeira, in the elections of 2016.

Method: The research has an exploratory and descriptive character, based on mixed approach. The data collection was made using the Netlytic tool, followed by the analysis through the categorization of publications on his Facebook page, focusing on the interactions with the citizens.

Results: Most of the postings were related to the Agenda of the candidate (24.6%) or Acknowledgments/Greetings (16.7%), and Proposals (15.8%). Nonetheless, the posts that have greater interaction of the citizens were those of Personal Issues, which comprised only 5.7% of the posts total.

Conclusion: Social media, as it began to be occupied and understood as having relevance to the political scenario, can be shown by the diversification of the categories of facebook postings. The candidate was able to understand some of the premises of Web 2.0 regarding interaction and collaboration, however, it is necessary to point out that there is a long way to go in relation to the candidate's responsiveness and direct interaction with the voters using this social media tool.

Keywords: Information mediation; Social networks; Political participation

INTRODUÇÃO

As mídias e redes sociais no ambiente participativo e colaborativo da Web 2.0 possibilitam um espaço de trocas informacionais no qual os usuários são produtores e consumidores de conteúdos podendo criar e disseminar seu próprio conteúdo, circular e recombinar dados e informações de terceiros e interagirem entre si.

Por essa característica de criação e disseminação de conteúdo, Araujo (2016, p. 501), considera o crescente uso das mídias sociais por agentes políticos e eleitores como um marco da “entrada das eleições do país nos moldes de uma cultura digital participativa” e que esta se constitui como uma esfera rica para o desenvolvimento de pesquisas sobre o desempenho dos candidatos em meio digital e a participação política do cidadão. Para o autor, quando vistos no contexto das campanhas online esses novos ambientes digitais “possuem potencial democrático no estreitamento das relações entre os cidadãos e políticos por meio de uma mediação da informação expressa em uma comunicação dialógica” (Araujo, 2016, p. 501).

Após as campanhas eleitorais para Presidente dos Estados Unidos da América em 2008 e o uso perspicaz das mídias sociais pelo candidato Barack Obama e equipe no que diz respeito a sair do anonimato para a presidência,

e construção de um perfil político sólido, nota-se o desenrolar de uma verdadeira revolução no que tange ao aspecto de marketing político na internet. Observa-se que as redes sociais na internet fomentaram novas formas de interação, entre candidato e os eleitores em potencial, auxiliadas pelas estratégias de marketing em um ambiente até então subutilizado para esta finalidade. Para Aggio (2011, p. 2) neste panorama que se desenha, “as campanhas superam as barreiras de seus websites e se lançam naqueles espaços online onde grande parte dos cidadãos que utiliza a internet constrói perfis, interage, produz e consome informações numa relação de envolvimento, compartilhamento e cooperação”.

Nesse contexto, algumas pesquisas (Aggio, 2011; Barros, Bernardes, & Sathler, 2016; Cervi & Massuchin, 2011; C. L. S. Pereira, 2013; R. B. Silva, 2014) utilizaram as mídias sociais como ambiente de pesquisa para analisar o comportamento e desempenho de agentes políticos, focando ou em campanhas estaduais, presidenciais, em parlamentares da Câmara dos Deputados ou, ainda, em órgãos/partidos políticos e movimentos sociais.

Porém, muitos desses trabalhos têm como foco o Twitter e suas funcionalidades, além de analisar agentes políticos numa esfera mais ampla e abrangente do nosso sistema político. Pretende-se, aqui, realizar um estudo em caráter local, analisando o desempenho do candidato à Prefeitura de Maceió, Rui Soares Palmeira/PSDB, no Facebook, por meio da quantificação e categorização das publicações e dos números de interações nestas.

Nesse sentido, a Ciência da Informação (CI) tem muito a contribuir ao investigar as “ações de informação” (Araújo, 2014a) de candidatos e eleitores e verificar de que forma se dá a mediação da informação nas mídias sociais. De acordo com Almeida Júnior (2009, p. 92) a mediação da informação é “toda ação de interferência [...] direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional”.

Na mesma perspectiva Araújo (2014b) entende a mediação da informação como um processo de transferência da informação tendo em vista as necessidades de informação dos indivíduos. E para o autor, no contexto da comunicação política, os avanços tecnológicos, em especial da web social, têm ampliado a mediação da informação e possibilitado novas formas de engajamento cívico (Araújo, 2014b, p. 1457).

Por meio da Internet, Amaral (2010, p. 111) acredita que é possível promover tanto a participação do cidadão, “como também disponibilizar informações relevantes para a construção de sua cidadania, viabilizar a prestação de serviços públicos via computadores ou criar um espaço público que torne possível o debate entre cidadãos”.

O Facebook, então, ao possibilitar a criação de conteúdo, a divulgação de elementos de texto, elementos audiovisuais e *links*, além de permitir que o usuário interaja com os diversos conteúdos publicados por meio das ações de informação – comentários, curtidas e compartilhamentos – se configura como um dispositivo de mediação da informação, pois, por meio de suas ferramentas, interfere no processo de comunicação entre os usuários, inclusive da comunicação política.

MATERIAL E MÉTODO

Esta pesquisa tem caráter exploratório e abordagem mista e cunho descritivo. As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2002, p. 42).

O ambiente de pesquisa é o Facebook, rede social criada por Mark Zuckerberg em 2004, que atualmente, é uma das redes sociais mais utilizadas no mundo. Zuckerberg (2017), em sua própria página no Facebook, estima que o número de usuários da rede social é de 1,9 bilhões em todo o mundo, sendo 1,2 bilhões ativos todos os dias. Destes, aproximadamente 99 milhões são brasileiros. Isto equivale a dizer que a cada dez brasileiros, oito utilizam a rede social (Cossetti, 2016). Dessa forma, este se constitui como um ambiente de possibilidades para a disseminação da informação política e, também, um meio para o desenvolvimento de estudos sobre a mediação dessa informação.

O candidato Rui Palmeira, 40 anos, é o atual prefeito reeleito da cidade de Maceió e disputou a campanha eleitoral em 2016 com outros seis candidatos, entre eles o ex-prefeito de Maceió, Cícero Almeida, e o deputado federal João Henrique Caldas (JHC). Ligado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e integrante da coligação ‘Pra Frente Maceió’, conquistou 46,86% e 60,27% dos votos disputados no 1º e 2º turno, respectivamente. O candidato foi selecionado para esse estudo por ter maior intenção de voto no 1º turno, estando em primeiro lugar na pesquisa IBOPE (G1, 2016). Ao todo, foram analisadas 228 postagens com 121.530 curtidas, 5.930 compartilhamentos e 5.476 comentários, dentro do recorte temporal de 31 de agosto a 28 de setembro de 2016.

Para a coleta de dados utilizou-se o Netlytic¹, ferramenta online para análise de redes sociais e texto, que possibilita a coleta e análise de dados de mídias sociais. De acordo com Gruzd et al. (2017), a Netlytic foi criada por pesquisadores para pesquisadores, e com um design intuitivo que dispensa conhecimentos prévios em programação, além de possibilitar a coleta automática de dados em redes sociais e realizar o resumo desses

¹<https://netlytic.org/>

dados com base em planilhas, análise textual e de rede. Inicialmente, realizou-se o cadastro do *dataset* com o perfil oficial do candidato na mídia social Facebook e agendou-se o período de coleta. Após a coleta automática, exportou-se uma planilha CSV e converteu-se para o formato .xlsx para posterior triagem e análise dos resultados, posto que as postagens do candidato foram categorizadas de modo manual e em consenso entre os autores. Não se abordou o conteúdo dos comentários dos eleitores, mas coletaram-se os dados quantitativos sobre esse item, vinculando-os aos tipos de postagem realizados pelo candidato, com objetivo de verificar quais postagens despertaram maior interesse. Ao proceder a análise dos dados, visando quantificar e qualificar o desempenho do candidato Rui Palmeira em sua página no Facebook, utilizou-se como base as categorias elaboradas por Araujo e Pereira (2013), que tinham por finalidade caracterizar as postagens feitas pelos candidatos à prefeitura de Maceió em 2012 no Twitter e verificar quais entre elas produziam maior interatividade.

Em suas pesquisas, Aggio (2011), C. L. S. Pereira (2013), R. B. Silva (2014) e Barros et al. (2016) propuseram critérios ou categorias para analisar as formas de comunicação política em mídias digitais, como o Twitter e o Facebook, categorizando desde postagens de candidatos à prefeitura, passando por parlamentares cumprindo mandato, presidenciáveis e, ainda, partidos políticos. A partir destes trabalhos, foi possível alinhar um instrumento que permitisse uma análise aprofundada do material coletado.

A categorização se apresenta como um meio de organizar os dados para que, deles, possam ser tomadas decisões e tiradas conclusões. Segundo Gil (2002, p. 134) “isso requer a construção de um conjunto de categorias descritivas, que podem ser fundamentadas no referencial teórico da pesquisa”. Durante a análise, as categorias foram adaptadas para melhor representar o conteúdo analisado, seguindo a orientação de Fragoso, Recuero, e Amaral (2012, p. 83) por meio de “sistemática observação, comparação, classificação e análise de similaridades e dissimilaridades”. Gil (2002, p. 134), aponta que nem sempre as “categorias podem ser definidas de imediato”, e que a leitura dos dados pode influenciar na inclusão ou exclusão de categorias. Portanto, as categorias elaboradas e utilizadas na análise das postagens do candidato Rui Palmeira estão indicadas e descritas no Quadro 1.

Categorias analíticas	Descrição
Agenda do candidato	Atividades que o candidato participou, está participando ou participará.
Agradecimento/Cumprimento	Mensagens que expressam gratidão ou cumprimento a terceiros.
Apoio a terceiros	Demonstração de apoio a agentes políticos (e outros).
Campanha negativa	Crítica/Ataques a adversários (e outros).
Divulgação material de campanha	Mensagens em tom de propaganda ou marketing.
Mobilização	Convocação para passeatas, carreatas, caminhadas etc.
Pedido de voto	Costuma acontecer quando se aproxima o dia das eleições, o candidato evidencia o pedido "dia tal vote 45" ou "vote em mim"
Postagem de cunho pessoal	Reflexões, foto de família, amigos, publicação de status de algo que esteja fazendo, lendo livro, ouvindo música etc.
Proposta	Mensagens sobre o que o candidato pretende realizar caso eleito.
Realizações	Feitos da vida política pregressa.
Sondagem de opinião	Pesquisas de opinião sobre temas variados ou de intenção de voto
Outros	Mensagens que não se enquadram nas categorias supracitadas

Quadro 1. Categorias elaboradas pelos pesquisadores para a análise do desempenho de agentes políticos
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A partir das categorias foi possível verificar de que forma se deu o comportamento informacional e as estratégias de comunicação política do candidato Rui Palmeira frente à sua campanha eleitoral no Facebook.

RESULTADOS

No Facebook é possível que o usuário utilize diversos recursos para disseminar uma mensagem, podendo ser por meio de texto (*status*), pelo uso de materiais audiovisuais (imagens e vídeos), ou até mesmo *links*. Pelos dados coletados, pode-se quantificar qual o tipo de postagem mais utilizada pelo candidato Rui Palmeira (Tabela 1).

Pode-se observar que em 140, das 228 publicações na página do candidato, há a predominância de postagens com imagens. A utilização de imagens tem por objetivo chamar a atenção do usuário para o conteúdo da publicação (A. P. Silva & Gonzales, 2016). Como as redes sociais possuem um aspecto dinâmico, em que muitas mensagens são compartilhadas ao mesmo tempo, o uso de imagens agiliza a comunicação.

Em seguida, em menor número, aparecem as postagens com vídeos. A maior parte dessas postagens pertencia à categoria de Divulgação de Material de Campanha e Propostas. Os programas que apresentavam propostas e

Tipo de postagem	Quantidade	%
Imagens	140	61,4
Link	12	5,3
Status	9	4,0
Vídeos	67	29,4

Tabela 1. Quantificação por tipo de postagem utilizada pelo candidato Rui Palmeira
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

realizações do candidato e eram televisionadas, também eram transmitidas pela *fanpage* no Facebook. Dessa forma, o eleitor que não acompanhou a propaganda eleitoral pelo rádio ou televisão possuía um meio de se manter informado quanto a esse programa, tendo acesso ao mesmo conteúdo. Barros et al. (2016) apontam para o “poder de atração dos vídeos como mecanismos incitantes para o incremento da interação”. As opções de *links* e *status* (apenas texto) são utilizadas em menor quantidade, embora as postagens com imagens e vídeos também possam mensagens escritas.

Para averiguar o comportamento informacional do candidato Rui Palmeira, utilizou-se as categorias supracitadas e foram quantificadas no período eleitoral (Figura 1).

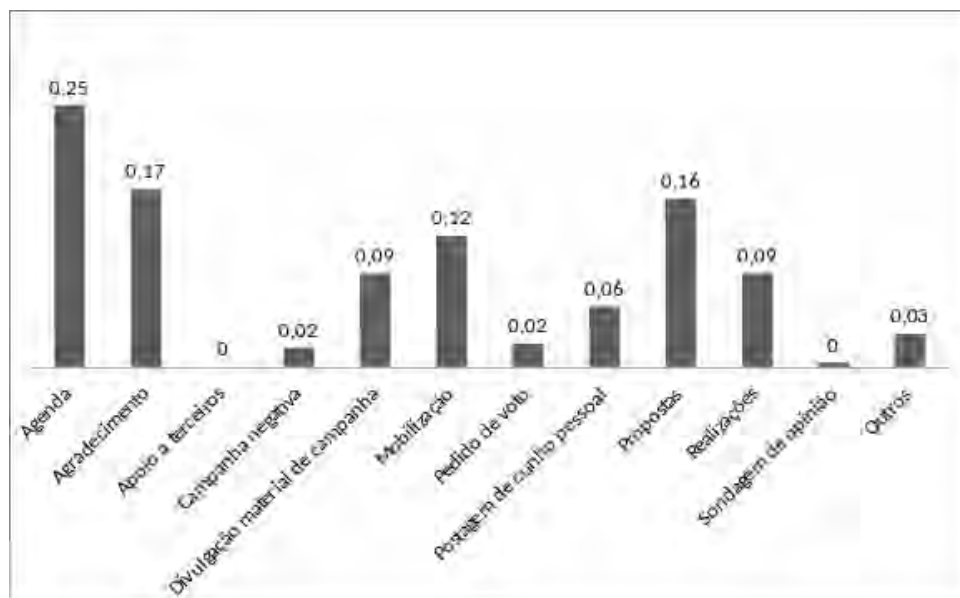


Figura 1. Quantificação por categorias - comportamento informacional do candidato Rui Palmeira
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A maior quantidade de postagens realizadas pelo candidato diz respeito à sua Agenda (24,6%), seguida da categoria de Agradecimento/Cumprimento (16,7%) e, logo após, Propostas (15,8%). Durante sua campanha, Rui Palmeira se mostrou bastante ativo ao participar de compromissos e divulgá-los em sua página, mantendo seu eleitorado a par das atividades que vinha desenvolvendo. Em Agradecimento/Cumprimento, era comum que suas publicações agradecessem pela participação dos eleitores em suas passeatas. Na categoria de Mobilização (12,3%), ele convidava toda a população a participar dessas mesmas passeatas para fortalecer o movimento.

Referente à sua campanha, o candidato utilizou o espaço para divulgar suas Propostas, geralmente por meio de vídeos. Logo atrás, vêm as categorias de Divulgação de Material de Campanha (8,8%) e Realizações (8,8%). As Postagens de Cunho Pessoal (5,7%) desempenharam papel importante na campanha por terem o objetivo de aproximar o público do candidato. Os tipos de publicações que tratavam de uma terceira pessoa ou da interação com o usuário possuíram menor número de postagens, a saber: Pedido de Voto (2,2%), Campanha Negativa (1,8%), Sondagem de Opinião (0,4%) e Apoio a Terceiros (0%), evidenciando a verticalidade na comunicação, além do egocentrismo durante a campanha. E, por fim, a categoria Outros (3,1%) em que o conteúdo não aborda nem mensagens relacionadas à campanha, nem mensagens de cunho pessoal.

Assim, Rui Palmeira utilizou sua página como complemento para a campanha, divulgando informações pertinentes ao seu programa eleitoral. Entretanto, o candidato teve dificuldades em estimular seus eleitores na participação ativa em sua campanha, visto o caráter interativo da rede social, pelo menos no que diz respeito ao conteúdo das suas publicações.

Barros et al. (2016) observaram em seu trabalho que “no plano da interação entre os cidadãos o elemento característico predominante é a opção ‘curtir’”. Recuero (2011, p. 119) afirma que

o botão “curtir” parece ser percebido como uma forma de tomar parte na conversação sem precisar elaborar uma resposta. Toma-se parte, torna-se visível a participação, portanto, com um investimento mínimo, pois o ator não necessariamente precisa ler tudo o que foi dito. É uma forma de participar da conversação sinalizando que a mensagem foi recebida.

Por entender que o botão “curtir” apresenta maior participação dos usuários, analisam-se as ações de informações do eleitorado a partir das curtidas em cada categoria de postagem para verificar quais os tipos de publicação atraíam maior atenção dos usuários (Figura 2).

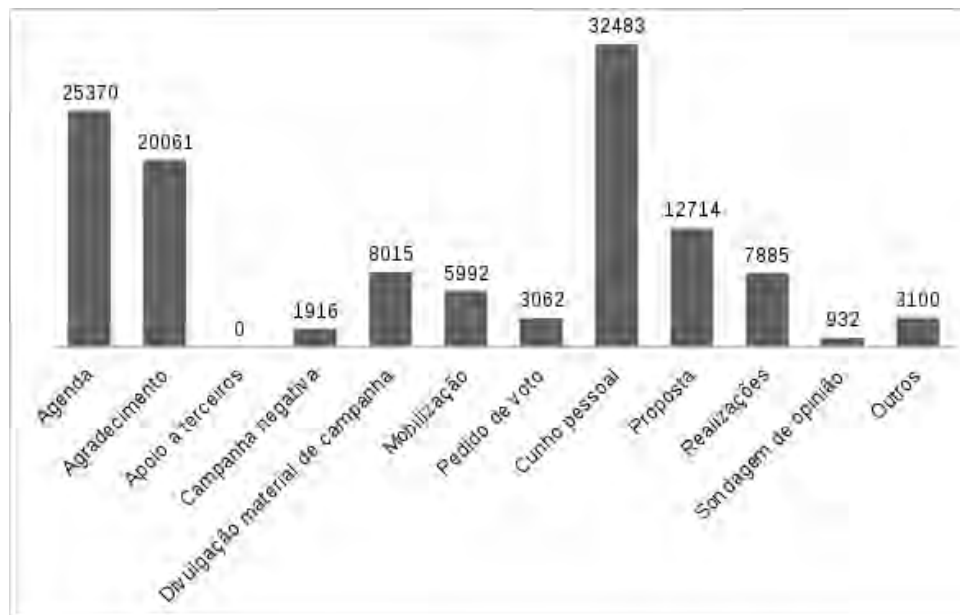


Figura 2. Total de curtidas por categoria na fanpage do candidato Rui Palmeira
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Apesar do período eleitoral, o tipo de postagem que mais obteve interações através de curtidas foram as Postagens de Cunho Pessoal (Figura 6), em que o candidato à prefeitura de Maceió publica sobre sua vida privada e momentos com sua família. C. L. S. Pereira (2013, p. 134) entende que a publicação de mensagens de cunho pessoal possibilitou a identificação do eleitorado com o agente político e tem a função de seduzir os eleitores, não de criar um ambiente de participação política. Em seguida, as postagens que mais obtiveram curtidas foram as referentes à Agenda e Agradecimentos do candidato, forma que o candidato encontrou de se manter presente nas mídias sociais, compartilhando compromissos de sua agenda de candidato e agradecendo o apoio demonstrado pelo povo para sua campanha durante a execução desses compromissos.

As postagens com propostas, realizações e divulgação de material de campanha, observando-se que o candidato era prefeito em exercício durante a candidatura, apresentaram-se com clara intenção de fortalecer o sentido de continuidade para a população, mostrando o que foi feito e o que seria realizado após a eleição, atraindo números intermediários de curtidas quanto comparadas com outras categoriais. Cabe ressaltar, que as postagens referentes à mobilização ou sondagem de opinião, categoria esta que teve menor número de curtidas, se caracterizam como postagens voltadas a chamar os seguidores a participar da campanha de forma atuante que, no entanto, não fazem parte das postagens que obtiveram maior interação através das curtidas. Estas apresentam número relativamente baixo no comparativo a outros tipos de postagens. Ao contrário do que pode ser pressupor, as postagens com referência a campanhas negativas para outros candidatos não apresentaram também um alto índice de curtidas, subentendendo-se que não são o tipo de postagens que dão ibope positivo à abordagem ou postura do candidato.

As mensagens categorizadas como Agenda do Candidato (Figura 3) consistem em publicações sobre eventos que o candidato participou, está participando ou participará, e têm o intuito de manter os eleitores a par das suas atividades. Chaia e Teixeira (2004, p. 61), apontam que pela agenda política é possível observar “o andamento da campanha eleitoral de cada candidato, [...] associar seu ritmo e força, pois uma agenda cheia demonstra que o candidato está com uma campanha bem estruturada e com uma grande receptividade por parte do eleitorado”.

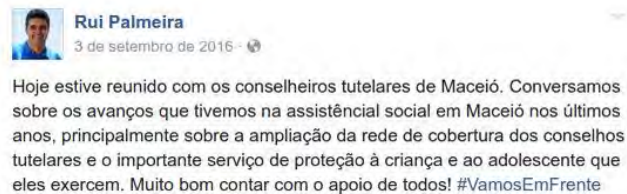


Figura 3. Categoria Agenda - candidato Rui Palmeira
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A categoria de Agradecimento/Cumprimento (Fig. 4.a) contempla as postagens com características saudação aos eleitores, agradecendo a participação em algum momento da campanha, por exemplo, uma passeata em determinado bairro. C. L. S. Pereira (2013, p. 137) destaca esta categoria enquanto estratégia de aproximação do eleitorado não somente pela argumentação racional, mas também pelo diálogo com a subjetividade dos eleitores-seguidores.



Figura 4. Categorias de postagens do candidato Rui Palmeira: (a) Agradecimento/Cumprimento; (b) Campanha Negativa.
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

As postagens referentes a críticas ou ataque a adversários foram categorizadas como Campanha Negativa (Fig. 4.b). A partir destas postagens, nota-se que os candidatos costumam levar para as mídias sociais o diálogo iniciado durante algum debate ou comercial eleitoral. Para Aggio (2011), “ainda que velados ou camuflados [...] ataques aos adversários, ao governo e aos partidos foram registrados como esforço para medir o nível de campanha negativa”.



Figura 5. Categorias de postagens do candidato Rui Palmeira: (a) Divulgação Material de Campanha; (b) Mobilização.
Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Sobre Divulgação de Material de Campanha (Fig. 5.a), Aggio (2011), define como característica “a utilização de links internos ou externos à campanha. Sua finalidade é divulgar, sem menção a qualquer demanda por parte

dos internautas”. Nota-se uma presença forte do que se conhece como marketing na campanha, no qual através de imagens com características de folders e panfletos ou vídeos comerciais, com propaganda eleitoral, exibidos também em redes de televisão. Tais postagens buscavam somente promover e fazer o candidato conhecido perante os eleitores.

Mobilizar pode ser considerado de maneira geral como forma ou efeito “incitar à participação”, logo, nesta categoria, foram classificadas aquelas postagens que chamavam os eleitores-seguidores à participação na campanha de forma ativa, através de solicitações de colaboração em momentos de divulgação da campanha, ou convites para passeatas e/ou carreatas que seriam realizadas posteriormente, dentre outros. Para Aggio (2011, p. 10), a categoria Mobilização (Fig. 5.b) “consiste em publicações, com ou sem *links*, para que os eleitores se mobilizem em algum tipo de atividade de campanha, desde as presenciais até aquelas circunscritas aos ambientes digitais, como o ‘twitaço’”.

As postagens categorizadas como Pedido de Voto (Fig. 6.a) são aquelas em que o candidato exterioriza o pedido de forma direta, já a categoria Sondagem de Opinião, de acordo com Aggio (2011), “permite sustentar estratégias retóricas que fomentem a mobilização dos eleitores em prol de maior crescimento da campanha”, nesta categoria estão inseridas aquelas postagens em que o candidato tanto apresenta resultados de alguma pesquisa, quanto realiza a próprio questionamento sobre quem o seguidor irá votar, objetivando confirmar a predisposição daqueles que estão em sua página se tornarem seus eleitores.



Figura 6. Categorias de postagens do candidato Rui Palmeira: (a) Pedido de Voto e Sondagem de Opinião; (b) Postagem de Cunho Pessoal. Fonte: Dados da pesquisa (2016).

De acordo com C. L. S. Pereira (2013, p. 41) “os meios de comunicação tendem a privilegiar as características de quem melhor souber se apropriar deles, no sentido do domínio de técnicas da mídia”, assim, em algumas postagens o candidato acabou por revelar momentos de seu cotidiano, enquanto estratégia de campanha, objetivando que as pessoas o enxergassem enquanto filho, marido e pai, e não somente como candidato (Fig. 6.b). Foram classificadas aqui postagens que não apresentavam ligação direta com a campanha em andamento.

A categoria Propostas (Fig. 7.a) constitui-se de postagens que contemplam soluções para possíveis necessidades dos eleitores ou comunidades. A proposta destaca-se enquanto “elemento fundamental dos discursos de campanha e um dos indicadores mais importantes para a diferenciação dos projetos políticos representados pelas candidaturas” (Aggio, 2011), posto que é através das propostas de cada candidato que torna-se possível compreender o que ele pretende realizar durante seu governo caso seja eleito. Essas propostas tornam-se elos entre o candidato e a possível conquista de afinidade dos eleitores ao plano de governo.

A categoria Realizações (Fig. 7.b) contempla “publicações que se referem à atuação política progressa dos candidatos” (Aggio, 2011), ou seja, aquelas postagens que retratam ações já realizadas na vida política do candidato antes sua candidatura. Através dessas postagens o candidato apresenta o que já realizou e com isso reforça o objetivo de angariar votos para continuar realizando novas conquistas para os eleitores-seguidores.

Na categoria Outros (Fig. 7.c), foram enquadradas as publicações que não se encaixam nas categorias trabalhadas anteriormente por não ter uma mensagem objetivamente clara dentro dos padrões de campanha online.

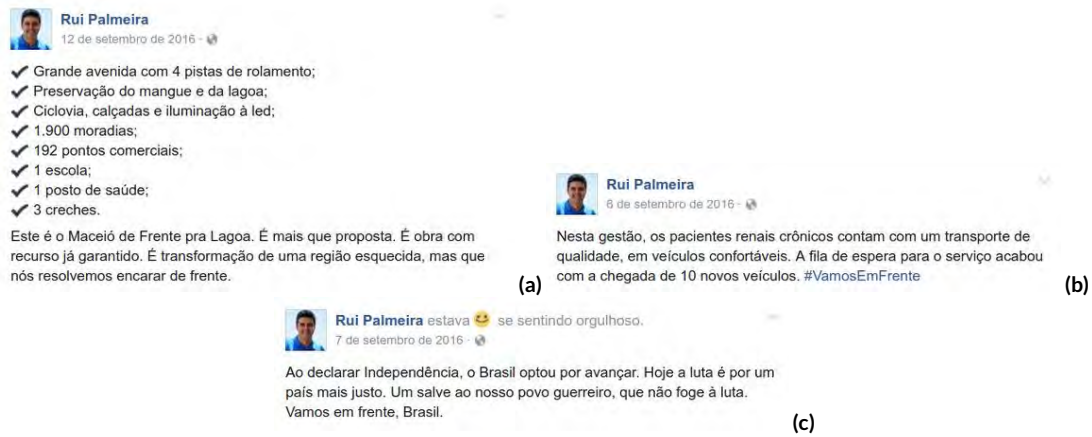


Figura 7. Categorias de postagens do candidato Rui Palmeira: (a) Propostas; (b) Realizações; (c) Outros.
 Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Aggio (2011) aponta esse tipo de publicação como postagens triviais. No caso, da Figura 7.c o candidato faz menção a uma data comemorativa, no dia da independência, sem dirigir-se diretamente a população e com conteúdo que não está diretamente ligado à campanha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca por novos espaços para discussão de temas pertinentes à sociedade encontram, no Facebook, o espaço e as características tidas como ideais para aglomeração e consolidação de pautas sociais. É válido lembrar que muitos movimentos atualmente se iniciam dentro de mídias sociais, como o Facebook, ganham forma nas interações e se exteriorizam. Dos exemplos mais significativos, pode ser mencionada a mobilização e participação política de uma considerável parte do povo egípcio pelas redes sociais² até à queda de Mubarak, até então presidente pelos últimos 30 anos. Conhecida como “Primavera Árabe”, tal movimento, de acordo com N. B. Pereira (2013), marca a participação política na contemporaneidade no contexto da globalização e da crise de identidades que perpassam as esferas constitutivas da estabilidade ao corpus social. A autora ressalta o papel das mídias sociais na reconfiguração da participação no ciberespaço na formação das comunidades virtuais, que operam com base em laços identitários e potencializam a capacidade de mobilização cívica.

Pode-se afirmar que até para segmentos tão tradicionais da sociedade, como é o caso da política, novos espaços de discussão se fazem necessários, posto que é preciso apresentar suas ideias onde a sociedade se encontra atualmente e, nesse caso, boa parte se encontra nos espaços Web 2.0.

Na realidade apresentada na presente pesquisa, mais precisamente na cidade de Maceió, onde foi feito o estudo, pode-se concluir que esses espaços começaram a ser ocupados e tratados com a devida relevância e já funcionam como dispositivos de mediação da informação cumprindo o papel de aproximação entre candidatos e eleitores. Isso pode ser verificado pelo número de interações identificado pela diversificação das categorias de postagens, bem como pela preocupação em produzir e promover conteúdo para seus possíveis eleitores. Isto demonstra que o candidato em questão conseguiu compreender algumas premissas da Web 2.0, tais como a interação e a colaboração com o que foi produzido. Contudo, a responsividade do candidato e interação direta com os eleitores pela ferramenta de mídia, conforme apresentada pelos dados, se configura como um desafio.

² Ver matéria do Jornal O Globo: “Redes sociais desempenharam papel fundamental na queda de Mubarak, afirmam especialistas”, por Rennan Setti (Setti, 2011).

REFERÊNCIAS

- Aggio, C. (2011). As campanhas políticas no Twitter: uma análise do padrão de comunicação política dos três principais candidatos à presidência do Brasil em 2010. In *IV Encontro da Associação Brasileira dos Pesquisadores em Comunicação e Política*. Rio de Janeiro. Recuperado de <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/AGGIO-Camilo.pdf>
- Almeida Júnior, O. F. (2009, jan./dez.). Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Pesq. bras. Ci. Inf.*, 2(1), 89 – 103. Recuperado de <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewFile/17/39>
- Amaral, M. (2010). Internet e participação política: o uso da internet pelo cidadão. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, 7(9), 100 – 124. Recuperado de <http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/882/889>
- Araújo, R. F. (2014a). Atores e ações de informação em redes sociais na internet: pensando os regimes de informação em ambientes digitais. *DataGramaZero*, 15(3), 9. doi: <http://10.6084/m9.figshare.3383263>
- Araújo, R. F. (2014b). Mediação da informação e participação política na web social em períodos eleitorais. In *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* (v. 15, p. 1457 – 1477). Belo Horizonte: Ancib/PPGCI/ECI/UFMG. Recuperado de <http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/2661>
- Araújo, R. F. (2016). O Twitter como dispositivo de mediação da informação em períodos eleitorais. In *Seminário em Ciência da Informação: Fenômenos emergentes na Ciência da Informação* (p. 500–511). Recuperado de <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2016/secin2016/paper/viewFile/281/142>
- Araújo, R. F., & Pereira, B. C. (2013). O Twitter como ferramenta de mediação cívica: interatividade e conversação nas eleições municipais de Maceió. In *Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política* (p. 1 – 20). Recuperado de <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT04-Internet-e-politica-RonaldoFerreiraDeAraujo.pdf>
- Barros, A. T., Bernardes, C. B., & Sathler, M. R. (2016). Faces partidárias na esfera virtual: a atuação política das lideranças da Câmara dos Deputados no Facebook. In *X Encontro anual da ABCP*. Recuperado de http://www.encontroabcp2016.cienciapolitica.org.br/resources/anais/5/1468760331_ARQUIVO_Barros,BernardeseRehbein.pdf
- Cervi, E. U., & Massuchin, M. G. (2011, ago.). O uso do Twitter nas eleições de 2010: o microblog nas campanhas dos principais candidatos ao governo do Paraná. *Contemporanea: comunicação e cultura*, 9(2), 319 – 334. doi: [10.9771/1809-9386contemporanea.v9i2.5083](https://doi.org/10.9771/1809-9386contemporanea.v9i2.5083)
- Chaia, V., & Teixeira, M. A. (2004). *Telejornalismo e radiojornalismo nas eleições de 2000 e 2002* (Projeto temático: mídia, campanha eleitoral e comportamento político em São Paulo). Recuperado de http://www.pucsp.br/neamp/downloads/relatorio_final_midia_campanha_eleitoral_comportamento_politico_SAO_PAULO.pdf
- Cossetti, M. C. (2016). Facebook revela dados do Brasil na CPBR9 e WhatsApp vira ZapZap. *TechTudo*. Recuperado de <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2016/01/facebook-revela-dados-do-brasil-na-cpbr9-e-whatsapp-vira-zapzap.html>
- Fragoso, S., Recuero, R., & Amaral, A. (2012). Teoria fundamentada. In *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina.
- G1. (2016, 30 de set.). IBOPE votos válidos: Rui Palmeira tem 46%, Cícero Almeida, 26%, e JHC, 23%. *G1 Alagoas*. Recuperado de <http://glo.bo/2du3N3W>
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa?* (4a. ed.). São Paulo: Atlas.
- Gruzd, A., et al. (2017). *Netlytic*. Recuperado em 19 set. 2017, de <https://netlytic.org/>
- Pereira, C. L. S. (2013). Redes sociais como palco da participação política no Egito. In *IX Encontro Nacional de História da Mídia*. Ouro Preto: ALCAR/UFOP. Recuperado de <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/90-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-digital/redes-sociais-como-palco-da-participacao-politica-no-egito>
- Pereira, N. B. (2013). *Sob o piado do Twitter: o novo tom das campanhas eleitorais com a difusão da internet no Brasil* (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/3481/1/Natasha%20Bachini%20Pereira.pdf>
- Recuero, R. (2011). *Redes Sociais na Internet* (2a. ed.). Porto Alegre: Sulina.
- Setti, R. (2011, 04 de nov.). Redes sociais desempenharam papel fundamental na queda de Mubarak, afirmam especialistas. *O Globo*. Recuperado de <https://glo.bo/2xOhl8O>
- Silva, A. P., & Gonzales, W. (2016). Facebook e participação política: o que dizem os jovens do #ocupaalemão. *Horizontes*, 34(1), 159 – 172. Recuperado de <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/337>
- Silva, R. B. (2014, jan./jun.). Mídias sociais e política: os partidos no Facebook. *Alceu*, 14(28), 202 – 223. Recuperado de <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%20202-223.pdf>
- Zuckerberg, M. (2017, fev.). *Facebook community update*. Recuperado de <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10103472646530311&set=a.529237706231.2034669.4&type=3&permPage=1>

Como citar este artigo (APA):

Araujo, R. F., Santos, S. R. O. & Bento, J. M. (2017). Mediação da informação e comunicação política no Facebook: desempenho do candidato Rui Palmeira à Prefeitura de Maceió em 2016. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, 6(1), 17 – 25. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v6i1.54543>

Projetos de aprendizagem como estratégia de ensino de informática para pessoas com deficiência intelectual: Estudo de caso

Learning projects as a computer teaching strategy for people with intellectual disabilities: a case study

Paulo Antonio Pasqual Júnior¹

¹Universidade de Caxias do Sul - UCS, Caxias do Sul, RS, Brasil

Autor para correspondência/Mail to: Paulo Antonio Pasqual Júnior (papjunior@ucs.br)

Recebido/Submitted: 29 Jul. 2017; Aceito/Approved: 22 Set. 2017



Copyright © 2017 Pasqual Júnior, P.A. Todo o conteúdo da Revista (incluindo-se instruções, política editorial e modelos) está sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 3.0 Não Adaptada. Ao serem publicados por esta Revista, os artigos são de livre uso em ambientes educacionais, de pesquisa e não comerciais, com atribuição de autoria obrigatória. Mais informações em <http://revistas.ufpr.br/atoz/about/submissions#copyrightNotice>.

Resumo

Introdução: As tecnologias têm transformado a maneira como as pessoas vivem e se relacionam com o conhecimento, trazendo subsídios para a potencialização de processos de ensino-aprendizagem. Uma alternativa, nesse sentido são os projetos de aprendizagem apoiados em computadores, os quais permitem ao aluno a construção do seu próprio conhecimento. Essas metodologias vêm sendo usadas em várias áreas da educação, sendo que o objetivo deste artigo é apresentar um relato de experiência sobre um projeto de aprendizagem em informática de um curso de Auxiliar de Serviços voltado a pessoas com deficiência intelectual.

Método: consistiu em um estudo de caso de natureza qualitativa.

Resultados: O projeto envolveu alunos com deficiência intelectual, o monitor e o professor, evidenciando-se que a aplicação da metodologia de projetos de aprendizagem resulta em um recurso eficiente para o ensino de informática para pessoas com deficiência intelectual.

Conclusões: As evidências apontam que os projetos de aprendizagem podem ser uma alternativa eficaz para o trabalho com pessoas com deficiência intelectual.

Palavras-chave: Projetos de aprendizagem; Deficiência intelectual; Informática em educação

Abstract

Introduction: Technologies have transformed the way people live and relate to knowledge, bringing the potential for teaching-learning processes. An alternative in this sense is the learning projects supported by computers, which allow the student to build their own knowledge. These methodologies have been used in several areas of education, and the purpose of this article is to present an experience report about a learning project focused on computer learning in a Service Assistant course for people with intellectual disabilities.

Method: consisted of a qualitative case study.

Results: The project involved students with intellectual disability, monitor and teacher, demonstrating that the application of the methodology of learning projects results in an efficient resource for the teaching of information technology for people with intellectual disabilities.

Conclusions: Evidence suggests that learning projects can be an effective alternative for working with people with intellectual disabilities.

Keywords: Learning projects; intellectual impairment; Informatics in education

INTRODUÇÃO

A utilização da informática como suporte à aprendizagem tem sido uma prática comum em todas as modalidades de ensino, inclusive no campo da educação especial. Segundo Papert (2008) o computador é um importante recurso de aprendizagem, pois a criança, a partir da interação com o computador, é capaz de construir conhecimentos que vão além dos apresentados pelos métodos tradicionais.

Para Pan (2008) a pessoa com deficiência intelectual não é um estereótipo de incapacidades, mas sim alguém que apresenta uma forma particular de pensamento e está aberta para seu desenvolvimento dentro de sua capacidade específica. Nesse sentido, o conceito de deficiência, tende a ser desvinculado das quantificações de coeficiente intelectual (QI), possibilitando um olhar a partir das capacidades e potencialidades de cada indivíduo.

O ensino de pessoas com deficiência intelectual por muito tempo esteve vinculado a metodologias empiristas, que fomentavam a repetição para a aprendizagem. Glat e Pletsch (2004) apontam para a necessidade de deslocar as intervenções do foco nas dificuldades e carências para alternativas de educação com foco preferencial nas ações interdisciplinares e nos potenciais do estudante com deficiência intelectual. Valentini, Gomes, e Bisol (2016) apontam como aspectos importantes do sucesso nos processos de ensino e aprendizagem do estudante com deficiência intelectual, o fortalecimento das habilidades sociais e da interação entre colegas – a partir do desenvolvimento de práticas educativas – e programas que promovam novas interações no grupo e que fortaleçam os vínculos entre os estudantes. Nessa perspectiva, projetos de aprendizagem podem ser uma

alternativa para possibilitar o crescimento da autonomia e a possibilidade de construção do conhecimento em pessoas com deficiência intelectual. Para Fagundes, Sato, e Maçada (1999), um projeto de aprendizagem consiste em permitir ao aluno a escolha de um tema de pesquisa, para que a partir da motivação do aluno ele possa construir conhecimentos. Nas palavras dos autores, “[q]uando falamos em ‘aprendizagem por projetos’ estamos necessariamente nos referindo à formulação de questões pelo autor do projeto, pelo sujeito que vai construir conhecimento” (Fagundes et al., 1999, p. 16).

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar os resultados da utilização de projetos de aprendizagem como metodologia para o ensino-aprendizagem de informática, em uma turma de pessoas com deficiência intelectual, participantes de um projeto Menor Aprendiz.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS

O programa “Menor Aprendiz” é uma política pública instituída pelo governo federal que tem por objetivo oportunizar o ingresso de jovens no mercado de trabalho. Nessa direção, a execução da Lei Nº 8.213 (Brasil, 1991) tem possibilitado a inúmeros jovens e adultos com diversas deficiências a inclusão no mercado de trabalho. No caminho dessas mudanças, e aliado às demandas da sociedade, nasceu o curso de Auxiliar de Serviços para pessoas com Deficiência Intelectual, com o objetivo de possibilitar uma formação que permitisse aos jovens a inclusão no mercado de trabalho. Esse curso se configurou com duração de oito meses, mesclando atividades em sala de aula e experiências no ambiente de trabalho, ao qual o jovem aprendiz estava vinculado. O curso foi oferecido aos jovens da comunidade por uma instituição de ensino superior de uma cidade da Serra Gaúcha em parceria com os hospitais da rede pública e privada da mesma Região. Esta iniciativa se diferenciou de outras já realizadas por instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em especial por se tratar de um curso exclusivo para pessoas com deficiência intelectual e que contemplou atividades que vão além dos saberes exclusivamente técnicos. Dentre as disciplinas de formação do curso estavam presentes: Leitura e Escrita, Matemática, Atividades da Vida Diária, Corporeidade e Informática. O estudo aqui apresentado foi desenvolvido na disciplina de Informática com uma turma composta por catorze alunos maiores de dezoito anos de diversas idades, e envolveu múltiplos diagnósticos de deficiência intelectual. Destes, apenas dois possuíam diagnóstico de Síndrome de Down e o restante não possuíam classificação definida pelo Sistema Internacional de Doenças (SID). Atualmente a Deficiência Intelectual é definida por uma incapacidade “caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, como expresso nas habilidades práticas, sociais e conceituais, originando-se antes dos dezoito anos de idade” (Luckasson et al., 2002, p. 08).

Desse modo, este estudo buscou responder a seguinte questão investigativa: Como pessoas com deficiência intelectual podem aprender informática por meio de projetos de aprendizagem?

A metodologia utilizada para este trabalho caracterizou-se como um estudo de caso de natureza qualitativa, tendo como fontes de evidência os registros das interações dos alunos no diário de campo do pesquisador, as manifestações em um grupo privado *online* e as produções desenvolvidas pelos alunos. De acordo com Yin (2010) o estudo de caso consiste em:

Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. (p.39)

A escolha deste curso para a realização deste estudo se deu pelo ineditismo da proposta, em especial da instituição em propor um curso em modalidade de “Menor Aprendiz” exclusivo para pessoas com deficiência intelectual. Em segundo lugar, por sabermos que, de maneira geral, os recursos de instrução de pessoas com deficiência são extensivamente pautados em pedagogias de cunho comportamentalista.

Assim, o projeto intitulado “Ser pesquisador”, envolveu assuntos à escolha dos alunos. Eles foram convidados a trabalhar em grupos e interagirem de maneira construtiva tendo a finalidade de potencializar a aprendizagem nos mais variados níveis, não apenas no que dizia respeito aos conteúdos conceituais de informática, mas também em relação à socialização, ao respeito ao outro e ao desenvolvimento da competência de saber trabalhar em grupo, preparando-os principalmente para o mundo do trabalho.

Dessa forma o principal objetivo deste projeto de aprendizagem foi possibilitar aos alunos a capacidade de aprender a aprender utilizando os recursos do computador. A intenção primeira não foi especificamente que os mesmos aprendessem a editar imagem ou vídeo, por exemplo, mas torná-los pesquisadores, e desenvolverem seus próprios métodos de aprendizagem com base no que o computador pode oferecer aos usuários.

Como meio de registro das atividades, criou-se um grupo do Facebook, utilizado como ambiente virtual de aprendizagem. Se por um lado o Facebook pode ser um recurso de dispersão e, muitas vezes de problemas em sala de aula, por outro, pode ser uma poderosa ferramenta de socialização e construção do conhecimento. Assim, a utilização de um grupo possibilitou discussões e compartilhamentos, significativos para todos os envolvidos no projeto. Nesse sentido, cabe salientar o estudo de Bernardi e Silva (2015), em que apresentam as

inúmeras possibilidades do uso do Facebook, como recurso de construção do conhecimento em vários estágios da educação.

É importante salientar que o projeto esteve embasado no modelo teórico proposto por Fagundes et al. (1999), em que um projeto de aprendizagem se constitui em atividades nas quais o aluno é protagonista. Em outras palavras, as atividades são desenvolvidas a partir dos questionamentos, anseios e motivação dos alunos na busca pelo conhecimento. Nesse sentido, as etapas do projeto se constituíram a partir de um modelo criado pelo professor: Etapa 1 – técnica de *brainstorm*; Etapa 2 – criação dos grupos; Etapa 3 – desenvolvimento das atividades propostas; e Etapa 4 – apresentação das atividades ao grande grupo.

Na primeira etapa, os alunos, professor e monitor conversaram sobre os anseios de aprendizado do grupo trazendo à tona questionamentos e ideias para serem trabalhadas a partir de uma atividade direcionada de *brainstorm*. Em alguns minutos foram citados os seguintes assuntos: Photoshop, confecção de vídeos, edição de músicas, Excel e vírus de computador. A partir dessas ideias, elencaram-se os seguintes assuntos principais: Edição de Imagens, Edição de Vídeo, Manipulação de Dados em Planilhas Eletrônicas, e Segurança de Dados. Os assuntos foram adaptados em virtude das licenças necessárias para se trabalhar com alguns dos softwares citados. Além disso, o professor procurou escolher softwares que fossem suficientemente intuitivos para que os alunos pudessem desenvolver as atividades de exploração e construção de maneira autônoma.

Assim, os alunos foram agrupados tendo como critério exclusivo os assuntos manifestados na etapa anterior, formando-se quatro grupos (A, B, C e D) orientados a desenvolver um cronograma de trabalho para cinco aulas. O objetivo da confecção do cronograma foi possibilitar habilidades de planejamento aos alunos; e que estes desenvolvessem a competência de tomar decisões. Desse modo, seria então possível perceber posteriores necessidades como, por exemplo, reconhecer a importância de ter objetivos, tanto na vida escolar como profissional ou pessoal.

Considerando-se que “[é] fundamental que a questão a ser pesquisada parta da curiosidade, das dúvidas, das indagações do aluno, ou dos alunos, e não imposta pelo professor. Isto porque a motivação é intrínseca, é própria do indivíduo” (Fagundes et al., 1999, p. 16), a opinião dos alunos e seus questionamentos e anseios acerca do que não tinham ainda estudado foi imprescindível para o bom andamento da aprendizagem. Juntamente com o professor, todas as decisões foram tomadas, de maneira que cada indivíduo participasse democraticamente do processo de aprendizagem.

Nesta etapa retomou-se a atividade, ficando acordado que ao término de cada aula os alunos postariam uma síntese do que foi trabalhado no ambiente virtual. Quando o professor era questionado respondia com outras perguntas, tendo como objetivo promover um processo de metacognição. Nesse sentido, o papel do professor conforme Silva (2004) passa de apenas transmissor para sistematizador de experiências. Assim, o professor passou a questionar e sistematizar problemas e situações que possibilitassem uma ressignificação de saberes e consequentemente a construção do conhecimento. Para Fagundes et al. (1999) o projeto de aprendizagem se constitui pela autonomia na escolha do que deve ser pesquisado e pela ação reflexiva entre todas as partes envolvidas dentro do processo propriamente dito. Dessa forma, os alunos e professor reuniam-se constantemente para discutir e tomar decisões coletivas com relação ao andamento do projeto.

Em sequência ao projeto, a Quarta Etapa constituiu-se das apresentações interativas, ou seja, os alunos não apenas apresentavam seus trabalhos, mas levavam a turma toda a realizar as atividades propostas por eles.

Em geral, as apresentações de trabalho foram semelhantes: enquanto um ou dois alunos, à escolha do grupo, faziam a apresentação do tema e davam instruções de como realizar a atividade prática, a outra parte do grupo se preocupava em auxiliar os colegas no desenvolvimento do trabalho proposto. Os grupos A e B apresentaram de forma organizada e conseguiram levar os colegas a desenvolverem as atividades propostas. Uma diferença entre os dois grupos, contudo, foi observada quanto à autonomia e organização, uma vez que o primeiro necessitou de menos intervenções, comparado ao segundo. Os grupos C e D apresentaram maiores dificuldades na execução das tarefas, em especial por terem uma composição mais heterogênea em relação aos dois primeiros. É importante ressaltar que o grupo C apresentou dificuldades na execução de parte significativa das tarefas necessitando intervenções mais direcionadas, se comparadas às atividades desenvolvidas pelos outros grupos. Foi necessário, por exemplo, solicitar que os alunos escrevessem frases de até duas linhas para evitar o “copiar e colar”. Em especial essas dificuldades se apresentaram em virtude de dificuldades da maior parte do grupo tanto com questões de linguagem escrita como com questões de letramento digital. Ainda assim, ambos os grupos evidenciaram aprendizagem e comprometimento com as atividades propostas evidenciando que projetos de aprendizagem podem ser utilizados com pessoas com deficiência intelectual.

CONCLUSÕES

Há barreiras consideráveis a vencer quando se fala em educação, ainda mais no que tange a educação de pessoas com deficiência. Porém, percebe-se importante potencial a ser explorado nesse campo.

Com este estudo percebeu-se que, no decorrer das aulas, muitas vezes, havia resistência da turma em fazer escolhas e desenvolver o pensamento livremente, o que levou o grupo de pesquisadores a presumir que tal atitude se baseia no fato de abordagens diretivas serem práticas comuns no ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual. Entretanto, com o passar do tempo, através das interações, trocas, discussões e escolhas, o grupo passou a perceber as suas próprias potencialidades e ao final do projeto conseguiu desenvolver trabalhos com significado e qualidade.

Se por um lado este estudo de caso apresenta uma possibilidade metodológica para ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual, por outro, permite que outras questões sejam levantadas para estudos futuros, tais como: Como os cursos de formação em modalidade “menor aprendiz” para pessoas com deficiência têm se configurado no Brasil? Que metodologias para o ensino-aprendizagem têm sido contempladas nesses cursos? Como projetos de aprendizagem podem ser utilizados como metodologia para o ensino de pessoas com outras deficiências? Nesse sentido, esses questionamentos possibilitam pensar em uma modalidade de ensino que perpassa a transmissão de conhecimentos.

Há trabalhos que apontam as dificuldades e potencialidades da inclusão de pessoas com deficiência, tanto na escola (Valentini et al., 2016) como no mundo do trabalho (Ribeiro, Batista, Prado, Vieira, & Carvalho, 2014). Contudo, neste momento do estudo não se localizou, na literatura, discussões acerca de projetos de aprendizagem como alternativa para o ensino de pessoas com deficiência, tampouco trabalhos que tratem do ensino de informática para pessoas com deficiência intelectual. No campo da informática, contudo, os estudos presentes na literatura versam geralmente sobre o uso de softwares inclusivos e de tecnologias assistidas, as quais possibilitam a inclusão de pessoas com deficiência intelectual, mas não discutem as potencialidades e a necessidade do aprendizado de informática aliado ao mundo do trabalho.

Nesse sentido, é importante ressaltar a relevância desse estudo e a necessidade de novas pesquisas e discussões que possibilitem outros caminhos acerca do ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual. É importante reconhecer, no entanto, a limitação deste estudo, uma vez que não é passível de generalização, em especial por se tratar de um estudo de natureza qualitativa. Entretanto, apresenta-se uma possibilidade para se pensar o uso de projetos de aprendizagem como um recurso para o ensino de informática para pessoas com deficiência intelectual a partir de um projeto realizado em um curso de Menor Aprendiz.

REFERÊNCIAS

Bernardi, P. M., & Silva, S. A. (2015). O uso do Facebook como ferramenta para o compartilhamento de atividades pedagógicas: uma experiência em uma escola pública de educação infantil. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, 4(2), 108 – 112. doi: [10.5380/atoz.v4i2.43496](https://doi.org/10.5380/atoz.v4i2.43496)

Brasil. (1991). Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. *Presidência da República do Brasil*. Recuperado em 13 de outubro de 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm

Fagundes, L. D. C., Sato, L. S., & Maçada, D. L. (1999). *Aprendizes do futuro: as inovações começaram!* Recuperado em 2 mar. 2017, de <http://escola2000.net/futura/textos-proinfo/livro03Lea%20Fagundes%20et%20alii.pdf>

Glat, R., & Pletsch, M. D. (2004). Orientação familiar como estratégia facilitadora do desenvolvimento e inclusão de pessoas com necessidades especiais. *Revista Educação Especial*(24). doi: [10.5902/1984686X](https://doi.org/10.5902/1984686X)

Luckasson, R., Borthwick-Duffy, S., Buntinx, W. H. E., Coulter, D. L., Craig, E. M., Reeve, A., ... Tassé, M. J. (2002). *Mental retardation: definition, classification, and systems of support*. Washington, DC: American Association on Mental Retardation.

Pan, M. A. G. S. (2008). *O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva*. Curitiba: IBEPX.

Papert, S. (2008). *A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática*. Porto Alegre: Artmed.

Ribeiro, A. P., Batista, D. F., Prado, J. M., Vieira, K. E., & Carvalho, R. L. (2014, ago./dez.). Cenário da inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: revisão sistemática. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, 12(2), 268 – 276. doi: [10.5892/ruvrd.v12i2.1441](https://doi.org/10.5892/ruvrd.v12i2.1441)

Silva, M. (2004). Indicadores de interatividade para o professor presencial e on-line. *Revista Diálogo Educacional*, 4(12). Recuperado de <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd1=622&dd2=670&dd3=&dd99=pdf>

Valentini, C. B., Gomes, R. B., & Bisol, C. A. (2016). Inclusão de estudantes com deficiência intelectual: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Teias*, 17, 125–142. doi: [10.12957/teias.2016.25502](https://doi.org/10.12957/teias.2016.25502)

Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (4a. ed.). Porto Alegre: Bookman.

Como citar este shortpaper (APA):

Pasqual Júnior, P. A. (2017). Projetos de aprendizagem como estratégia de ensino de informática para pessoas com deficiência intelectual: Estudo de caso. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, 6(1), 26 – 30. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v6i1.54196>

A EMPREENDEDORISMO PROF
SSIONAIS DE INFORMAÇÃO ACE
SSO ÀS INSTITUIÇÕES ACESSO A
INFORMAÇÕES RELAÇÕES SOCI
AIS DE ACESSO REGISTROS POLIC
IAIS MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO
O REDE SOCIAIS PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA PROJETO S DE APREND
IZAGEM DEFICIÊNCIA INTELECT
UAL INFORMÁTICA EM EDUCAÇÃO
ÃO EMPREENDEDORISMO PROF
SSIONAIS DE INFORMAÇÃO ACE
SSO ÀS INSTITUIÇÕES ACESSO A
INFORMAÇÕES RELAÇÕES SOCI
AIS DE ACESSO REGISTROS POLIC
IAIS MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO Z